

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Anna Luísa Dantas Gualberto e Silva

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE:
documentando edificações emblemáticas

João Pessoa
Maio 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Anna Luisa Dantas Gualberto e.

Centro Histórico de São João do Rio do Peixe :
documentando edificações emblemáticas / Anna Luisa
Dantas Gualberto e Silva. - João Pessoa, 2019.
85 f. : il.

Orientação: Ivan Cavalcanti Filho Cavalcanti Filho.
Monografia (Graduação) - UFPB/CT.

1. Patrimônio. 2. Centro Histórico. 3. Preservação. I.
Cavalcanti Filho, Ivan Cavalcanti Filho. II. Título.

UFPB/BC

Anna Luísa Dantas Gualberto e Silva

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE:
documentando edificações emblemáticas

Trabalho final de graduação apresentado
como parte dos requisitos para obtenção
do título de bacharel em arquitetura e
urbanismo pela Universidade Federal da
Paraíba – UFPB – elaborado sob orien-
tação do Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho.

João Pessoa
Maio 2019

Anna Luísa Dantas Gualberto e Silva

CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE:
documentando edificações emblemáticas

Banca examinadora

Prof. Dr. Ivan Cavalcanti Filho
(orientador)

Profa. Dra. Mariana Fialho Bonates
(examinadora)

Prof. Dr. Eliezer Rolim
(examinador)

João Pessoa
Maio 2019

“Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabiamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária.” (Carlos Lemos)

AGRADECIMENTO

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço:

A minha família, por todo apoio e por ter acreditado que eu conseguiria. Especialmente, à minha avó por todo amor e incentivo a cada momento, sendo um porto seguro e inspiração.

Aos queridos membros do IPHAEP, pelo acolhimento e oportunidade de aprender e aprofundar meu amor pelo Patrimônio Histórico.

Por fim, e não menos importante, ao meu orientador Ivan, com sua paciência e dedicação, deu todo o auxílio necessário para a elaboração do projeto e seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje estar concluindo este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta estudos desenvolvidos dentro dos limites do Centro Histórico da cidade de São João do Rio do Peixe-PB, com o objetivo de registrar seu patrimônio arquitetônico, especificamente as edificações emblemáticas que o tornam singular. Assim, a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca da história da cidade, de conceitos relativos às linguagens arquitetônicas produzidas na 1ª metade do século XX, e de práticas concernentes à preservação do patrimônio, o trabalho incursiona no aludido centro histórico, tendo como ponto de partida as poligonais de preservação definidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP). Assim, quatorze edificações são selecionadas e analisadas sob o ponto de vista de sua implantação, configuração espacial e forma arquitetônica, sendo registrados através de desenhos técnicos e fotografias. Os resultados obtidos são apresentados numa tabela síntese onde fica registrado o “estado da arte” das construções eleitas, o qual, de uma maneira geral, reverbera o objetivo precípua do ato de tombamento ali aplicado – a valorização e preservação da história e da memória.

Palavras-chave: Patrimônio; Centro Histórico; Preservação

ABSTRACT

This graduation essay presents studies developed within the boundaries of the São João do Rio do Peixe Historic Center with the objective of registering its architectural heritage, specifically the distinctive buildings that make it singular. Hence, from a bibliographic survey on the history of the city, concepts related to architectural languages produced in the first half of the twentieth century and practices about heritage preservation, the work invests on the alleged historic center, considering the limits defined by the Paraíba Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAEP). In such context, fourteen edifices are selected and analysed by means of allotment insertion, spatial configuration and architectural shape being registered through both technical drawings and photographs. The results are presented in a table that registers the “state of the art” of the elected buildings, which in a general sense points out the main target of the listing – that of saving history and memory.

Key-words: Heritage; Historic Center; Preservation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização: Paraíba, Microrregião de Cajazeiras, São João do Rio do Peixe	21
Figura 2 – Mapa das ocupação dos indígenas na Paraíba	28
Figura 3 – Mapa do Sertão da Paraíba	30
Figura 4 – Mapa da linha férrea em 1924	32
Figura 5 – Unidade geradora de energia de S.J.R.P.	33
Figura 6 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	34
Figura 7 – Ponte sobre o Rio do Peixe	34
Figura 8 – Prédio eclético em Paris	36
Figura 9 – Casa eclética em São Paulo	37
Figura 10: Palacete eclético em estado de arruinamento à Rua das Trincheiras	38
Figura 11 – Agência dos Correios e Telégrafos de Campina Grande	39
Figura 12 – Capitania dos Portos, João Pessoa, por Hermenegildo Di Lascio	39
Figura 13 – Imóvel à Rua Princesa Isabel, Centro, João Pessoa, PB	42
Figura 14 – Delimitação do Centro Histórico inicial de São João do Rio do Peixe	46
Figura 15 – Usina de Beneficiamento de Algodão S. Luiz	47
Figura 16 – Ruínas da antiga Usina de Beneficiamento de Algodão S. Luiz	47
Figura 17 – Capela de São Francisco	48
Figura 18 – Antiga Estação Ferroviária de S.J.R.P.	48
Figura 19 – Planta da Cidade de São João do Rio do Peixe	50
Figura 20 – Plante do Centro histórico de São João do Rio do Peixe	51
Figura 21 – Imóvel nº 178, Fachada norte	55
Figura 22 – Imóvel nº 178, Fachada leste	55
Figura 23 – Imóvel nº 178, no contexto da quadra	55
Figura 24 – Imóvel nº 67, Fachadas sul e leste	57
Figura 25 – Imóvel nº 67, Fachada sul	57
Figura 26 – Imóvel nº 67, no contexto da quadra	57
Figura 27 – Ladrilhos hidráulicos encontrados no interior do imóvel	57
Figura 28 – Imóvel nº 19, Fachada sul	59
Figura 29 – Imóvel nº 19, Fachada sul	59

Figura 30 – Imóvel nº 19, no contexto da quadra	59
Figura 31 – Circulação Interna	59
Figura 32 – Imóvel nº 5, Fachada sul	61
Figura 33 – Acesso fachada sul	61
Figura 34 – Detalhes na fachada leste com motivos florais	61
Figura 35 – Exemplos de ladrilhos do interior do imóvel	61
Figura 36 e 36 A – Imóvel esquina R. Tab. José Cândido/R. Antônio Gonçalves – Fachada leste	62
Figura 37 – Ladrilhos hidráulicos internos	63
Figura 38 – Imóvel esquina R. Tab. José Cândido/R. Antônio Gonçalves – Fachada sul	63
Figura 39 – Detalhes de platibanda- fachada leste	63
Figura 40 – Imóvel nº 147, Fachada leste	65
Figura 41 – Imóvel nº 147, Fachada sul	65
Figura 42 – Detalhes na fachada leste	65
Figura 43 – Detalhes de moldura das esquadrias	65
Figura 44 – Imóvel nº 183, Fachada leste	67
Figura 45 – Imóvel nº 183, Fachada norte	67
Figura 46 – Igreja Matriz de N. S. do Rosário	68
Figura 47 – Ladrilho hidráulico do interior da igreja	68
Figura 48 – Igreja Matriz de N. S. do Rosário	69
Figura 49 – Igreja Matriz de N. S. do Rosário- interior.....	69
Figura 50 – Fachadas sul e oeste da edificação	70
Figura 51 – Mercado Público Municipal	71
Figura 52 – Mercado Público Municipal recém pintado	71
Figura 53 – Detalhe do frontão	71
Figura 54 – Área interna coberta e pátios laterais	71
Figura 55 – Placa do ano de construção do imóvel	72
Figura 56 – Prédio dos Correios e Telégrafos	72
Figura 57 – Prédio dos Correios e Telégrafos de Princesa Isabel- PB	72
Figura 58 – Prédio dos Correios e Telégrafos	73
Figura 59 – Prédio dos Correios e Telégrafos	73
Figura 60 – Prédio dos Correios e Telégrafos de São João do Rio do Peixe	73

Figura 61 – Antiga Estação Ferroviária	74
Figura 62 – Antiga Estação Ferroviária, fachada leste	75
Figura 63 – Antiga Estação Ferroviária, fachada oeste	75
Figura 64 – Linha férrea remanescente	75
Figura 65 – Janela de madeira emoldurada por alto relevo	75
Figura 66 – Perspectiva mostrando a área de embarque/desembarque	75
Figura 67 – Reposição da cobertura	75
Figura 68 – Placa do ano de construção do imóvel	76
Figura 69 – Fórum Municipal	76
Figura 70 – Fachada leste do imóvel	77
Figura 71 – Antiga Fábrica	77
Figura 72 – Coluna da Hora	78
Figura 73 – Coluna da Hora	78
Figura 74 – Coluna da Hora	78
Figura 75 – Tabela de informações sobre imóveis relevantes	79

SUMÁRIO

Introdução.....	19
1 Contextualização histórica	25
1.1 Povoamento da Ribeira do Peixe	26
1.2 Da Emancipação à chegada da Luz	31
2. Referencial teórico	35
2.1 Sobre Linguagens Arquitetônicas da 1ª metade do século XX	36
2.2 Sobre Conceitos e práticas	40
3. O Patrimônio arquitetônico de São João do Rio do Peixe	45
3.1 Considerações Gerais sobre o Centro Histórico	46
3.2 Análise das edificações emblemáticas	49
Considerações finais	81
Referências.....	85

Introdução

INTRODUÇÃO

O município de São João do Rio do Peixe está localizado no sertão do Estado da Paraíba, na microrregião de Cajazeiras (Figura 1). Segundo a historiadora Rosilda Cartaxo (1975, p.61), a cidade resultou de um desmembramento do município de Sousa no ano de 1881, porém o sítio em estudo possui registros de seu povoamento citados em documentos desde o início do século XVII.

Figura 1- Mapa de localização: Paraíba, Microrregião de Cajazeiras, São João do Rio do Peixe.



Fonte: <https://www.nerdprofessor.com.br/mapas-da-paraiba/> Edição: Anna Luísa Dantas, 2019.

A economia de criação de gado, bastante comum nas redondezas, foi o marco inicial para o povoamento da região. A “estra-

da das boiadas” era o trajeto percorrido pelos boiadeiros que tinham a missão de levar o animal do Piauí e interior do Ceará até o litoral pernambucano para ser comercializado. Às beiras do Rio do Peixe, surgiram as primeiras fazendas de gado onde hoje se encontram municípios como São João do Rio do Peixe, Sousa e Pombal.

A primeira fazenda estabelecida no município sobre o qual se debruça este trabalho, pertenceu a João Dantas Rothéa que doou um pedaço de terra ao seu parente e primeiro capelão de São João, Pe. Inácio Cunha, para a edificação de um oratório que, devido à devoção do sertanejo, se tornou núcleo de povoamento daquelas redondezas. Nos anos seguintes, a construção da capela do Rosário veio a ser o marco inicial que definiria o traçado urbano da povoação que existe até os dias atuais (ABREU, p. 269).

No final do século XIX e início do XX, surgiram importantes construções que marcaram o desenvolvimento da cidade e que protagonizaram o enriquecimento socioeconômico da região, entre as quais a atual Igreja Matriz Nossa de Senhora do Rosário e o Mercado Público. A chegada da linha férrea em 1922 contribuiria ainda mais para a expansão comercial do município que agora fazia parte da rota da “Rede de Viação Cearense”.

Nesse contexto de desenvolvimento, a cidade cresceu, e com ela marcantes edificações foram construídas ao sabor da época, quando o ecletismo constituía o símbolo recorrente da modernização dos centros urbanos brasileiros. Em meio aos avanços sociais e culturais advindos de um desenvolvimento urbano incipiente, diferentes linguagens arquitetônicas se consolidaram e marcaram a imagem da urbe. Exemplos de edificações com elementos ornamentais que expressam o ecletismo, o *Art Nouveau*, e o *Art*

Déco são encontrados até hoje no centro histórico são-joanense. Com o intuito de preservar esse importante legado arquitetônico municipal, o mesmo foi tombado pelo Governo do Estado da Paraíba, através do Decreto Nº 22.917 de 03 de abril de 2002, ficando assim protegido por lei e fiscalizado pelo órgão responsável, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Atualmente, são dezesseis as cidades paraibanas protegidas pela instituição estadual. Entretanto apenas duas possuem centros históricos tombados pelo órgão federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): João Pessoa e Areia (IPHAN, 2019).

Apesar das ferramentas de salvaguarda disponíveis, a cidade sofre o risco das descaracterizações, como acontece em outros centros históricos brasileiros. Comparando imagens antigas e atuais, é perceptível que em São João do Rio do Peixe, várias edificações que documentavam a evolução da cidade no âmbito residencial, de serviços, e até industrial, como as usinas de arroz e algodão, desapareceram. Nas tipologias mais comuns, como as residências, a substituição de moradia por comércio constitui a prática de maior impacto na descaracterização da arquitetura.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município em estudo possui apenas 473,75km² em área de extensão, sendo um dos menores do estado. Mesmo assim, não há nenhum trabalho sobre o patrimônio arquitetônico ou urbanístico que destaque a importância de seu conjunto arquitetônico.

Na tentativa de colaborar com a preservação do patrimônio de São João do Rio do Peixe, o presente trabalho incursiona no acervo arquitetônico existente nas poligonais que delimitam as Áreas de Proteção Rígida (APR) e Área de Proteção de Entorno (APE), definidas pelo

decreto supracitado. Tendo o Centro Histórico de São João do Rio do Peixe como objeto de estudo, o ensaio faz uma análise geral do seu patrimônio arquitetônico, especificamente de suas edificações emblemáticas para se obter um melhor entendimento de como aconteceu sua consolidação, e atestar seu estado de conservação nos dias atuais. Para se atingir seus objetivos, o trabalho foi desenvolvido em três frentes:

1. Revisão da literatura;
2. Levantamento arquitetônico e fotográfico;
3. Análise e processamento dos dados obtidos;

O embasamento se deu através de uma cuidadosa revisão bibliográfica sobre a região sob o ponto de vista econômico e de formação sociocultural, desde a divisão do território em sesmarias até a homologação da lei que emancipou São João do Rio do Peixe. O estudo sobre a arquitetura ali produzida desde o final do século XIX, até meados do séc. XX, em especial as linguagens formais que se consolidaram no Nordeste do Brasil, também se deu nessa fase.

Os conceitos sobre as linguagens arquitetônicas foram considerados para facilitar o reconhecimento das edificações durante o levantamento. Nesse sentido, foi pontuado como cada estilo se disseminou, e de que forma se consolidou nas diferentes tipologias. A revisão das teorias e normativas que discutem sobre o patrimônio e suas definições também foi contemplada nessa fase.

No estágio de levantamento foi feita a identificação *in loco* de todos os imóveis existentes dentro da Área de Preservação Rígida (APR), através de registro fotográfico. Dessa maneira foi possível selecionar as edificações mais relevantes para serem avaliadas individualmente.

A sondagem de registros iconográficos antigos também fez parte dessa etapa. Foram analisadas imagens urbanas antigas disponíveis no livro publicado por Galvão (2015), para dar as condições de se estabelecer um comparativo do “antes e depois” dessas edificações emblemáticas.

Os registros iconográficos deram as condições para que fossem identificadas alterações nos edifícios ao longo dos anos. Entretanto, a forma de registrar os espaços internos das edificações escolhidas foi o levantamento físico. Em alguns imóveis foi possível contar o proprietário para que fosse permitida uma breve visita com a finalidade de representar, através de croquis esquemáticos, a configuração física dos mesmos. Após feitos os desenhos à mão livre e transformá-los em plantas digitalizadas, se teve uma ideia exata do *layout* dessas tipologias, assim como sua implantação no lote.

As entrevistas com os moradores das residências escolhidas foi uma prática adotada nessa fase de coleta de dados, a qual teve resultados positivos na medida em que ficou expressa a forma de entendimento dos proprietários sobre a importância do seu patrimônio no contexto do legado arquitetônico da cidade.

Para se entender melhor o aludido Centro Histórico, foram criados novos mapas, mais precisos em termos de dados de representação gráfica, através do programa de Georreferenciamento QGIS, e utilizando bases cartográficas fornecidas pelo IPHAEP.

Concluída a fase de levantamento de dados, foi feita a análise dessas informações bem como o processamento das mesmas. O Centro Histórico do município foi analisado nessa etapa destacando os imóveis mais expressivos, os quais foram estudados um por um.

Com base nos procedimentos metodológicos adotados, nos resultados obtidos e no processamento dos mesmos, o trabalho foi estruturado segundo três capítulos. O primeiro contextualiza a cidade de São João do Rio do Peixe historicamente. O segundo aborda o referencial teórico que dá suporte ao trabalho, e o terceiro apresenta o “estado da arte” do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de São João, destacando seus edifícios mais emblemáticos sob o ponto de vista da forma arquitetônica e da configuração espacial. A situação atual dessas edificações é registrada em um quadro síntese que aponta os usos e estados de conservação dos mesmos.

1.Contextualização histórica

1.1 Povoamento da Ribeira do Rio do Peixe

Para a lida com o gado e a efetivação do povoamento que se processou nos sertões, fazia-se necessário incorporar, à obra colonizadora, indivíduos afeitos à guerra e dispostos a enfrentar os perigos de uma terra estranha. E nesse sentido, o que poderia ter sido um problema tornou-se um desejo para muito portugueses, principalmente pela crise porque se passava a nação, assombrada pelos fantasmas da fome e da peste (ABREU, 2015, p.36).

A chegada dos colonizadores portugueses no final do século XVI, trouxe consigo a importante missão de povoar e colonizar todo o interior da terra nova. A ocupação do sertão paraibano teve início nos últimos anos do século XVII, sendo a família d'Ávila proprietária de grande parte das terras do interior nordestino, através do sistema de sesmaria que a Coroa adotou durante quase dois séculos:

Um dos principais objetivos do sistema de sesmarias era o de facilitar o povoamento da vastidão territorial do Brasil, efetivando, dessa forma, a sua conquista. Assim, extensas terras foram doadas em sesmaria nos primeiros séculos da colônia portuguesa na América (ABREU, 2015, p.49).

As sesmarias concedidas pela Coroa facilitavam o povoamento da vastidão territorial. Wlisses Abreu, em seu livro *São João na colô-*

nia e no império: fazenda, povoado e vila (1961 – 1889) afirma que o português Garcia d'Ávila desembarcou no Brasil em 1549, acompanhando Tomé de Souza, primeiro Governador Geral da América Portuguesa, e que a vastidão de propriedades de sua família, que se estendia da Bahia até o Piauí, incluía a região da Ribeira do Peixe.

Foi ela [...] a primeira a ocupar as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partir de 1664 quando o coronel Francisco Dias d'Ávila transpondo o São Francisco, subiu o Pajeú [...] daí se comunicando com a bacia Piranhas (SEIXAS, 2000 apud ABREU, 2015, p.50)

Um dos maiores legados de Garcia D'Ávila foi a construção de um castelo de pedra como sua residência, ao norte de São Salvador - a Casa da Torre. De lá, administrava seus rendimentos e designava procuradores, homens de sua confiança, para fazer o recolhimento de taxas e acordos pelas terras arrendadas a famílias importantes que firmaram fazendas de produção em seus territórios (ABREU, 2015, p. 49-53).

As terras pertencentes à Casa da Torre eram cedidas para que fossem povoadas e se tornassem produtivas. No entanto, a concessão das mesmas trouxe problemas para os descendentes da citada família durante os séculos seguintes. Segundo Abreu (2011, p. 34-36), a Casa da Torre, até então dona das propriedades, enfrentou adversidades com alguns colonizadores que estavam reivindicando seu direito de posse adquirido, pois estes alegavam terem de fato povoado as terras, tornando-as produtivas. As famílias recorreram ao governador das capitanias da Paraíba, Pernambuco e demais estados, requerendo as terras por elas

povoadas e cultivadas em sesmaria. Nesse contexto é mencionado um certo sargento Cunha, considerado o primeiro descobridor da Ribeira do Rio do Peixe, que fez o requerimento de seu direito de posse:

O sargento Cunha, estabelecido na ribeira desde 1691, constituiu-se infortúnio aos senhores da Casa da Torre. Possivelmente por considerar o primeiro povoador e descobridor do rio do Peixe, este oficial manteve-se contrário às determinações daquela casa, causando sérios conflitos pela posse de terras da ribeira (ABREU, 2015, p. 57).

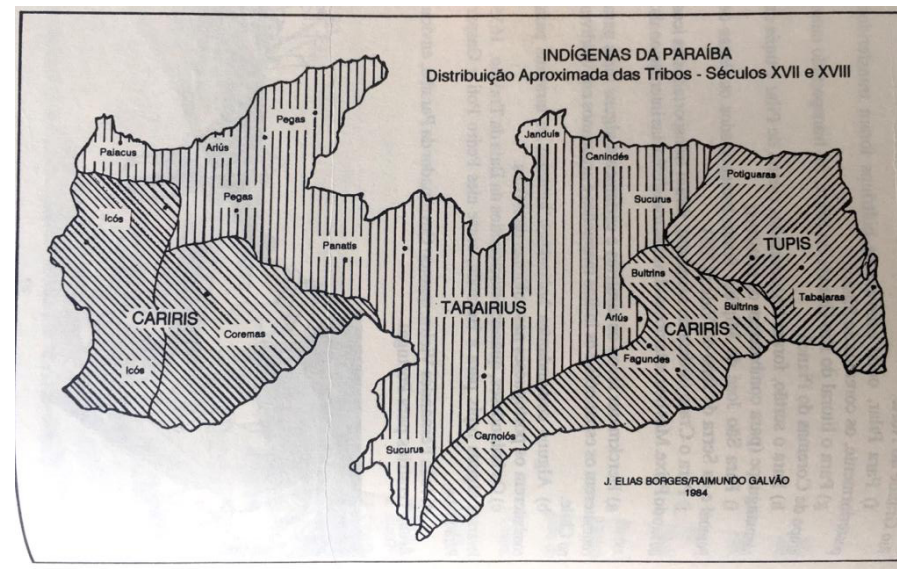
O autor citado (2015, p.58-60) faz alusão ao requerimento de Anna da Fonseca Gondim, viúva do Coronel Manuel Araújo de Carvalho, onde ela pede ao Governador da Capitania da Paraíba, o título de posse das terras das fazendas Olho d'água e Brejo, na Ribeira do Peixe, região próxima à futura sede do município de São João. Dona Anna alega que seu falecido marido criava animais naquelas terras há mais de cinquenta anos, cultivando-a desde então. A permissão do título das terras aconteceu em julho de 1739.

[...] o interesse da Coroa era limitar o poder dos grandes em favor dos pequenos cultivadores, já que as terras doadas em sesmarias eram condicionadas, ou seja, aqueles que as recebessem precisavam cumprir certas condições para que permanecessem em suas posses. Entre as condições estava a de tornar a sesmaria produtiva no prazo de cinco anos, fazendo o seu devido

registro nos livros da Provedoria (ABREU, 2015, p. 62).

Outro fato que deve ser pontuado no processo de povoamento do oeste paraibano é o confronto dos colonizadores com as tribos indígenas nativas. Entre os séculos XVII e XVIII, quatro nações indígenas ocupavam a Paraíba (Figura 2). Particularmente a região da Ribeira do Rio do Peixe era povoada pela tribo dos Icós-Pequenos e, com quem foi estabelecida a paz somente no limiar do século XVIII. Afinal, os colonos almejavam a ribeira devido às vantagens que oferecia.

Figura 2: Mapa das ocupação dos indígenas na Paraíba



Fonte: MELO (1993, p. 38).

Estabelecer-se numa ribeira foi o desejo e a busca constante por parte dos colonos que se embrenharam pelos sertões adentro desse imenso Brasil. A ribeira trazia relativa segurança para a ida do colono uma vez que ali dispunha de água para alimentar-se e saciar seu rebanho. Inúmeros foram os embates que se travaram entre os colonizadores e os indígenas pela posse de terras situadas nessas áreas (ABREU, 2015, p.183).

Algumas tribos eram pacíficas, outras eram consideradas bárbaras. Dessa forma os coronéis, capitães e sargentos que buscavam povoar as terras usaram estratégias de alianças para combater aqueles que resistissem, enquanto contabilizavam o número de homens perdidos durante os confrontos para reportar à Coroa a perda em troca de recompensas. Pordeus (1987, p. 162) afirma que “pacificados ou dizimados os índios, os entradistas puderam continuar a fundar fazendas de gado que se tornariam mais tarde, núcleos de povoação”.

Após conquistá-los, era necessário fazer a conversão religiosa dos nativos. Um exemplo emblemático desse procedimento foi o coronel Manuel de Araújo de Carvalho, que “viajou até Olinda [...] retornou com três sacerdotes seculares para trabalharem na conversão dos indígenas” (ABREU, 2015, p. 29). Na época, o coronel pagava arrendamento à Casa da Torre, referente às fazendas Olho D’água e Brejo, localizadas na Ribeira do Peixe.

As bacias hidrográficas da Capitania da Paraíba desempenharam o papel de atrativo para os colonos que queriam se alojar no sertão paraibano. Segundo IPHAEP (1999, p.4) entre o período de 1584 e 1774, os rios Piancó, Piranhas, Espinharas, Sabuji, Patú e Rio do Peixe foram os principais que receberam fazendas de criação de gado vacum e, a

partir desses aglomerados de pessoas em prol da pecuária, surgiram os primeiros povoados que se desenvolveram até se tornarem vilas. Afinal, no sertão privado de terras férteis em abundância, “a introdução do boi [...] tinha como função prover de alimentos a força de trabalho que movia a atividade dinâmica do território” (LOPES, 1987, p.36).

Tal realidade era distinta da prática geral da Capitania Real da Paraíba, estabelecida em 1585, a qual utilizou-se da produção de açúcar no litoral de seu território em seus primeiros anos de existência.

As estradas das boiadas existentes desde os tempos coloniais, desempenha grande papel na vida econômica do nordeste brasileiro. Foi por esta estrada que transitaram todas as expedições que de Pernambuco a Paraíba procuraram os altos sertões desses estados. Foi ela o veículo comercial para a praça do Recife; por ela transitavam as boiadas compradas do Piauí, refeitas nos pastos de criação do Jaguaribe e alcançavam a ribeira do rio do peixe (DANTAS, sem data, apud CARTAXO, 1975, p.13).

Cartaxo (1975) discorre sobre as famosas estradas, que tratavam-se dos caminhos percorridos pelos boiadeiros que faziam o transporte do animal desde o Ceará, Rio Grande do Norte e interior de Piauí, até o litoral pernambucano para ser comercializado. A travessia beirando as margens do Rio do Peixe foi onde se viu a possibilidade de criação de boi nessas terras, surgindo as primeiras fazenda de gado. A famosa estrada é citada por Duarte Junior em seu trabalho sobre a arquitetura colonial cearense, o que reite-

ra a recorrência dessa forma de ocupação em outras capitanias.

Os caminhos traçados pelas boiadas foram fundamentais para a ocupação do Ceará. Desde o início da colonização, o gado, trazido principalmente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, definiu percursos que tinham como destino as ribeiras dos rios, local de implantação dos primeiros povoados (DUARTE JUNIOR, 2008, p. 45).

Instalar uma fazenda de gado não requeria mão de obra extensa ou altos investimentos em maquinário, diferentemente de outras formas de economia (CASTRO 1973, apud DUARTE JUNIOR, 2008). Tal facilidade foi basilar para os primórdios da povoação da Ribeira do Peixe em toda a sua extensão.

João Dantas Rothéa, considerado o primeiro que residiu na área onde hoje se encontra o município de São João, chegou ao Brasil no fim do ano de 1740. O português se tornou uma grande autoridade na Ribeira e casou-se com Teresa Maria de Jesus, na Capela Nossa Senhora dos Remédios do Jardim (atual cidade de Sousa), no fim da década de 1750 (CARTAXO, 1975, p. 95). Sua trajetória ascensional logo se consolidaria pelas redondezas – Sousa e Pombal – principalmente no tocante à contração de cargos (Figura 3).

Naquele tempo, a busca por altos cargos militares era intensa pois quanto maior a patente, maior o prestígio perante a sociedade. O número de posses em léguas de terras também era um fator que contribuía para o ganho de poder na região. João Dantas possuía amizades impor-

tantes que o ajudaram a conquistar o posto de Coronel do Regimento Auxiliar da Cavalaria da Vila de Pombal, em meados de 1769. Já havia recebido o título de tenente em 1751, mas a alta patente de coronel trouxe maior visibilidade. Em 1776, ele foi condecorado juiz ordinário, um cargo em que não perdurou mais que um ano, pois sua presença no povoado de Piancó (atual Pombal) era muito solicitada, dificultando a conciliação com os afazeres na fazenda São João, onde criava gado.

Com relação à ocupação da Ribeira nessa época, é importante destacar que as habitações, mesmo aquelas de maior porte, eram bastante rudimentares, sendo de taipa, a técnica construtiva mais recorrente.

A primeira casa grande, erguia-se à beira do rio (...) nos fins do século XVII – às margens do Rio do Peixe – existia um aglomerado de casas de taipa, cobertas de telhas, uma delas com 17 portas e 14 janelas com sótão e senzala de escravo conforme inventário de 1853 (CARTAXO, 1975, p. 101).

Além das habitações, a provisão de uma capela era basilar após a criação de um povoado. Nesse sentido, Abreu (2015, p. 208) explica através de diferentes registros, que o primeiro atrativo para a consolidação do povoado foi a construção de um oratório nas terras destacadas da fazenda São João, de João Dantas Rothéa, bem como a presença do Pe. Inácio da Cunha Siqueira, residindo nas referidas terras. Anos depois, o Capitão-Mor Domingos João Dantas, sobrinho do “primeiro” João Dantas, foi responsável pela construção de uma capela que estava submetida à Matriz dos Remédios de Sousa. Para o entendimento sobre a implanta-

Figura 3 – Recorte do Sertão Paraibano com destaque para as cidades onde João Dantas Rothéa tinha influência.



Fonte: <https://www.nerdprofessor.com.br/mapas-da-paraiba/> Edição: Anna Luísa Dantas, 2019.

em lugar povoado onde estiver o maior número de fregueses. [...] (VIDE, 1853 apud ABREU, 2015, p.208)

O início da construção da primeira capela do Rosário, se deu nas primeiras décadas de 1800, havendo registros datados de 1816 que afirmam que naquele templo já se realizavam sepultamentos. A ampliação da capela aconteceu por volta de 1855, com seus aspectos estruturais e formais sob a responsabilidade dos mestres Vitório e José Amador Evangelista. A capela que se tornou igreja constituiu outro instrumento básico para a povoação, norteando o seu crescimento.

Enfim, a implantação da atual Igreja Matriz foi o ponto inicial para o traçado de ruas e a construção das primeiras residências urbanas. “Os currais de pau-a-pique a célula *mater* de S. João – foram transferidos” (CARTAXO, 1975, p. 117), dando lugar ao casario em tijolo maciço caracterizado pelo alinhamento ao redor da Praça da Matriz.

ção do novo templo que definiu o traçado urbano da cidade, é importante ver as orientações do vigário de Sousa para implantação da capela do Rosário, obedecendo às Constituições do Arcebispado da Bahia:

[...] em lugares decentes... em sítio alto... livre da umidade, e desviado, quando for possível, de lugares imundos, e sórdidos, e de casas particulares e de outras paredes, em distância que possam andar as Procissões ao redor delas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos fregueses todos, mais ainda de mais gente de fora, quando ocorrer às festas, e se edifique

1.2 Da Emancipação à chegada da Luz

Segundo Abreu (2015, p. 316), até meados do ano de 1800, São João esteve “subordinada administrativamente e judicialmente à Vila de Pombal.” A partir de então, ficou sob jurisdição da Vila Nova de Sousa, que já possuía estrutura para sediar o Senado da Câmara onde estavam concentrados os poderes executivo, legislativo e judiciário. Em 1 de outubro de 1828, uma Lei Imperial eleva ao status de Distrito de Paz, aqueles territórios julgados que superavam um número mínimo de residências divididas em quarteirões, e que possuísem capela com atendimento de um padre capelão. Sendo assim, São João do Rio do Peixe, Cajazeiras e São José dos Piranhas passaram a ser Distritos de Paz. Entretanto, a maioria dos Distritos perderam sua condição, pois uma lei em 1841 determinou que apenas territórios com freguesia* poderiam receber esse status. São João só retornou a ser distrito de fato quando a Capela do Rosário foi elevada à freguesia em 1863.

As atividades econômicas e consequentes melhorias do Distrito de São João “sinalizaram sua emancipação política e o consequente desmembramento do antigo município de Sousa” (ABREU, 2015, p.331). Em setembro de 1881, a Assembleia Legislativa da Província ascendeu o distrito à Vila de São João do Rio do Peixe. Segundo Cartaxo (1975, p.118), nessa época o quantitativo de residências não era alto, contando com 40 casas residenciais e 10 casas comerciais, todas situadas no entorno da igreja.

Com o novo *status* de Vila, era preciso implementar uma Câmara Municipal, onde os vereadores pudessem se reunir para cumprir seus afazeres segundo seus novos cargos, já que não existia prefeitura. A primeira Câmara funcionou no casarão nº 178, localizado ao lado da Igreja Matriz.

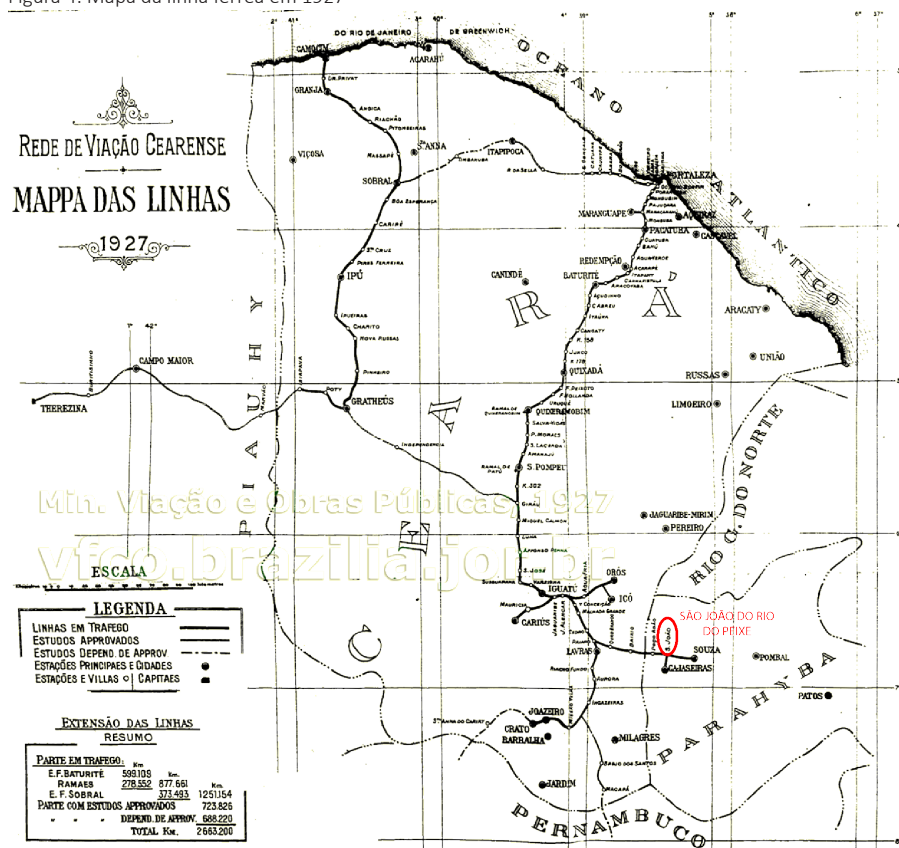
A proclamação da República aconteceu no ano seguinte à promulgação da lei que aboliu a escravidão (Lei Áurea) em 1889, e até então, segundo Abreu (2015, p.346), “[...] a vida urbana era pouco desenvolvida. A vila que não passava de um quadro de casas em volta da Igreja Matriz, dava lugar a algumas ruas, [...] A maioria das pessoas morava nas fazendas e sítios, visitando a vila apenas aos domingos [...]”. Quando a notícia da extinção da escravatura chegou, ali ainda existiam 75 escravos, sendo 48 do sexo feminino.

No ano de 1888, os Correios chegaram a São João, vinculados à Administração Geral dos Correios da capital, com serviço ainda precário, com cartas levadas a pé ou a cavalo (ABREU 2015, p. 349). Apenas em 1932, a atual agência dos Correios foi concluída, construída pelo governo provisório.

A primeira metade do século XX foi de grande importância para o desenvolvimento de São João do Rio do Peixe. A empresa ferroviária Rede de Viação Cearense (extinta em 1975), que fazia a comunicação entre cidades do Ceará, se expandiu até chegar ao litoral paraibano. Em 1927, a linha férrea já estava estabelecida até Sousa com um ramal para Cajazeiras, e sua continuação em construção no sentido leste (Figura 4).

Nesse contexto de desenvolvimento proporcionado pelo transporte ferroviário, São João do Rio do Peixe foi igualmente contemplada. O trem chegou pela primeira vez em São João, em junho de 1922; no seu vagão havia materiais trazidos para a construção da Ferrovia. O acontecido foi motivo de festa na cidade, onde todos foram prestigiar e conhecer a máquina a vapor. O responsável pelo desenvolvimento gerado por essa conexão interestadual foi Padre Sá, quando lutou contra os interesses da cidade de Cajazeiras, que ganhou apenas um ramal de ligação. Ape-

Figura 4: Mapa da linha férrea em 1927



Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1927-Rede-Viacao-Cearense.shtml>

nas em 1925, o prédio da estação ferroviária são-joanense ficou pronto, e esteve em atividade até meados dos anos 80 (GALVÃO, 2015, p.48).

A conexão com os diversos municípios alavancou a economia local, dando mais visibilidade a São João do Rio do Peixe que, a partir de então, pôde escoar com mais facilidade o algodão produzido na região.

Segundo Galvão (2015, p.58), empresas de beneficiamento de algodão se instalaram na cidade durante a década de 1930, a exemplo de: Usina Anderson Clayton, multinacional norte-americana instalada em 1936; Fábrica de beneficiamento de Algodão São Luiz, fundada no início da década de 1930; Fábrica de sabão e beneficiamento de algodão fundada em 1933 pelo engenheiro Adriano Brocos; Empresa Algodoeira São João - Prensa Rio do Peixe - em 1948 e, já na segunda metade do séc. XX, houve a instalação da Usina de Beneficiamento de algodão Agro Indústria Rio do Peixe Ltda, em 1978.

Este produto se tornou uma fonte de economia para a cidade durante o início do século XX, mas a dinâmica algodoeira já estava inserida nessa região muito antes.

Data do final do segundo século de ocupação da Paraíba a introdução da cultura de algodão. Inicialmente, houve tentativas de fixa-lo nas terras litorâneas, sem grandes resultados. Em seguida, o algodoeiro se fixou nas terras do sertão e passou a concorrer com a cana-de-açúcar como principal cultura de exportação (MELLO, 1987, p. 36)

A importância do algodão na economia de São João do Rio do Peixe foi destacada pelo escritor José Américo de Almeida, ao abordar sobre as fontes econômicas do alto sertão “[...] Seguem-se Sousa, Cajazeiras, são José dos Piranhas, Catolé do Rocha, São João do Rio do Peixe, grandes centros de produção algodoeira” (TARGINO, 2003, p. 64). O autor afirma ainda que, além de grande produtor do algodão de fibra longa, a região se apropriou também do cultivo do milho, da mandioca e do arroz verme-

lho. A exploração da Carnaubeira, planta natural das várzeas sertanejas e de grande utilidade, foi igualmente contemplada no referido ensaio.

Outro fator relevante que contribuiu para os avanços tecnológicos da cidade foi a chegada da luz elétrica em 1934, quando a prefeitura estava sob administração de Jacob Frantz. De acordo com Galvão (2015, p.65), o fornecimento de luz acontecia das 18:00hrs às 22:00hrs através de um conjunto gerador de energia (Figura 5).

Nessa época o município de São João era denominado Antenor Navarro, em homenagem ao interventor federal que faleceu em um

Figura 5– Unidade geradora de energia de S.J.R.P.



Fonte: GALVÃO (2015, p. 65), fotografia de 1995.

acidente aéreo. O Decreto Municipal Nº 50 de 26 de maio de 1932, aprovado pelo Decreto Estadual Nº 284, de 3 de junho do mesmo ano, alterou o nome da cidade que assim permaneceu até 1989, quando voltou a ser chamada de São João do Rio do Peixe.

Como já foi dito, a modernização do município aconteceu nas primeiras décadas do século XX com a instituição da linha férrea, da luz elétrica e a implantação de novas indústrias. O consequente aquecimento da economia atraiu novos moradores, e consequentemente, o comércio e serviços que foram implementados para atender às novas demandas. Nesse contexto de desenvolvimento, a cidade ganhou novos edifícios, os quais foram construídos segundo o gosto arquitetônico da época. São João do Rio do Peixe foi portanto contemplada com exemplares ecléticos e *Art Déco*, as principais linguagens de arquitetura produzidas nos grandes centros urbanos brasileiros à época. Tais edificações embelezaram a cidade e foram motivo de orgulho para seus moradores, ansiosos por enquadrar sua cidade no contexto de modernização então preconizado.

Todavia, na segunda metade do século passado, com a evasão desses agentes de desenvolvimento que tanto impulsionaram o crescimento da cidade, exemplares do patrimônio arquitetônico ali construído foram alienados, ocasionando intervenções descabidas, reformas e arruinamento, uma vez que as edificações não estavam protegidas por lei. Não obstante, é importante destacar que, àquele período, uma obra de importância para a cidade foi a desobstrução do eixo viário lateral à igreja matriz na direção norte-sul para a construção de uma ponte sobre o Rio do Peixe, que, para ser conectada com a rua citada, foi necessária a demolição de casas que compunham a malha original da cidade (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: GALVÃO (2015, p.25) fotografia de 1932

Figura 7 – Ponte sobre o Rio do Peixe



Fonte: GALVÃO (2015, p. 28). Fotografia de 1954

Uma vez reconhecidas as linguagens arquitetônicas de edificações que ainda recheiam o centro de São João do Rio do Peixe, e o risco a que estão submetidas pelas dinâmicas sociais que regem as cidades, menosprezando seu legado histórico-cultural em detrimento de novos empreendimentos construtivos pautados na especulação imobiliária e numa suposta “modernização”, o próximo capítulo trata dessas arquiteturas produzidas no Brasil na primeira metade do século XX, bem como pontua os conceitos e práticas concernentes a esse patrimônio, que vão servir de âncora para considerações feitas sobre as edificações emblemáticas de São João do Rio do Peixe, objetos de presente trabalho.

2. Referencial teórico

2.1 Sobre Linguagens Arquitetônicas da 1ª metade do século XX

Durante o século XIX, surgiam na Europa linguagens arquitetônicas, como o neoclassicismo, o ecletismo, o *Art Nouveau*, que se difundiram por todo o mundo chegando ao Brasil com mais vigor sobretudo após a proclamação da República (1889) e a abertura dos portos brasileiros para o mercado internacional. Para entender o cerne dessas arquiteturas, é preciso lembrar que a Revolução Industrial transformou o povo europeu em termos de classes sociais, o que reverberou nas linhas de pensamentos filosóficos e até na estética da arquitetura produzida por uma sociedade em busca de uma nova identidade.

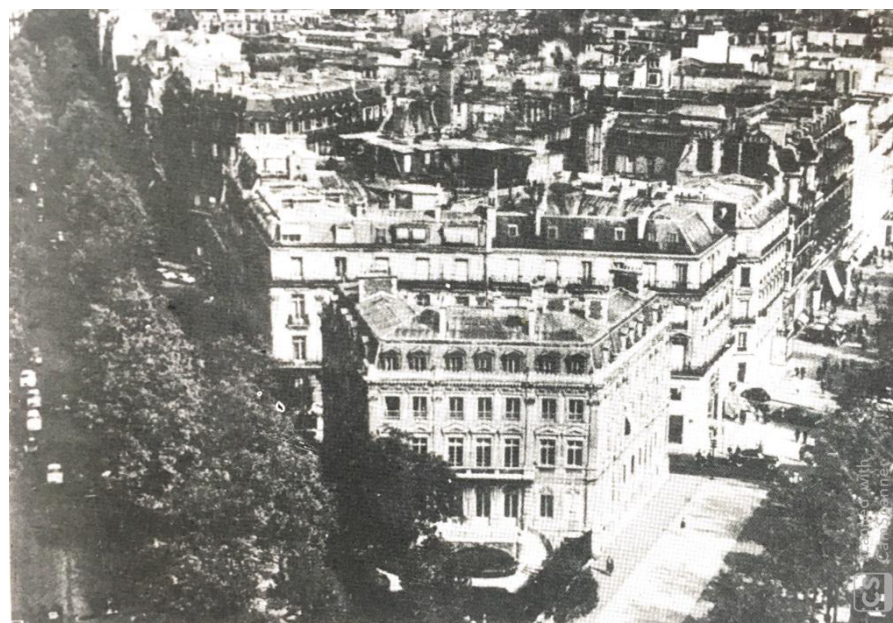
Sobre o ecletismo, um dos fatores que contribuíram para o seu surgimento foi, além da reação à indústria, o desenvolvimento de pesquisas e investigações acerca do passado, fazendo com que novos arquitetos a partir de meados de 1830, produzissem edifícios com elementos formais do séculos anteriores.

Graças à divisão do trabalho, que a arquitetura, como todas as outras artes, letras e ciências, aceitou da indústria, o arquiteto podia desenhar a partir de um repertório imenso de detalhes históricos. Não há nada de surpreendente no fato de que o século XIX não tenha perseguido a busca de um estilo original (PEVSNER, 1970, apud FABRIS, 1990, p. 132).

Os avanços tecnológicos nos meios na comunicação através de jor-

nais, livros, revistas, fotografias, etc. fez com que as relações se estreitassem, permitindo a quem interessasse “transitar livremente entre passado e presente” sem se ater à apenas um momento da história (FABRIS, 1990, p. 133). As viagens estavam mais acessíveis, possibilitando o arquiteto e sua clientela buscar inspirações em diferentes lugares. Enfim, o ecletismo se apropriava de elementos existentes em múltiplos estilos do passado, transformando-os em uma arquitetura única e funcional para sua necessidade (Figura 8).

Figura 8 – Prédio eclético em Paris



Fonte: BENEVOLO (1976, p. 107)

Segundo Fabris (1990, p. 135-136), esse tipo de arquitetura remetia a um passado distinto do nosso, tendo em vista que o Brasil es-

tava em processo lento de desprendimento do estilo colonial substituído pelo neoclássico em grandes cidades. Mas a realidade era que não só os imigrantes foram responsáveis pela inserção eclética no perfil urbano, inicialmente em São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, mas também o sentimento de se igualar ao “mundo moderno”, e se desvincular das fachadas coloniais (Figura 9).

Figura 9 – Casa eclética em São Paulo



Fonte: FABRIS (1987, p 72)

Fabris (1990, p.138) comenta ainda sobre o anseio da equalização de linguagens arquitetônicas semelhantes ao estrangeiro dizendo que “mesmo as camadas menos abastadas, que não podem se pautar pela monumentalidade, optam, entretanto, pelo ornamento, qualificando as fachadas de suas habitações com detalhes decorativos”, nos levando à realidade dos povoados que, em comparativo aos grandes núcleos urbanos, estavam em atraso na produção eclética.

Apesar da tentativa de modernização forçada, muitos dos materiais para a execução das edificações ecléticas eram importados e as técnicas construtivas ainda estavam em vias de aprendizagem.

Contudo, nos últimos do séc. XIX e primeiros anos do século XX, houve a alteração do lote urbano. Nesse período de difusão do ecletismo, “inicialmente as construções foram se libertando dos limites laterais do terreno” (ARAGÃO 2017, p. 52).

Essa foi uma das características principais trazidas pela linguagem eclética no âmbito da arquitetura residencial, opostamente à prática tradicional. Reis Filho (1970, p. 32) destaca que a ocupação do lote no período colonial apresentava características bem definidas inspirados no traçado urbano de vilas e cidades portuguesas. As edificações eram dispostas de maneira geminada (como forma de sustentação estrutural) e sem recuos frontais, com cobertas em duas águas e delimitando o que futuramente seriam os arruamentos e criando homogeneidade e uniformidade. Como os lotes da cidade colonial eram muito estreitos e compridos, as plantas das residências eram dispostas longitudinalmente, através de um grande corredor lateral que fazia a ligação entre todos os cômodos da casa, da sala de visitas na parte anterior da casa, até a sala de refeições e cozinha, na parte posterior.

Na segunda metade do século XIX, aos poucos a residência foi sendo guarnecida de um recuo lateral, onde era introduzido um alpendre e um jardim, porém à exceção dessa novidade, a planta permanecia de certa norma inalterada. Com a introdução da nova arquitetura, as edificações ganharam recuos para abrigar jardins (frontais ou laterais), assim como janelas para iluminar e ventilar os ambientes internos. Estas esquadrias, com a modernização dos materiais, ganhariam detalhes em suas

bandeiras, bem como vedações em vidraçaria importada. Não obstante, foi uma prática comum a adaptação de fachadas coloniais àquelas novas, recheadas de traços ecléticos, sobretudo em imóveis implantados em Centros Históricos, onde a configuração do lote era tradicional.

Nesse período, a introdução do trem e de outros meios de transporte, além de facilitar a comunicação de matéria prima entre terras distantes, permitiu também a difusão de valores culturais e artísticos que se espalharam entre diferentes localidades, alcançando até as mais longínquas cidades do interior:

[...] O aparecimento de linhas férreas ligando o interior ao litoral e de linhas de navegação nos grandes rios interiores. Equipamentos pesados como máquinas a vapor serrarias etc., teriam então a possibilidade de serem empregados em vastas regiões auxiliando-as a romper com a rotina dos tempos coloniais” (GOULART, 1970, p. 44).

Segundo Moura Filha e Rodrigues (2013, p. 4-5), a ruptura com os resquícios de cidade colonial na capital paraibana teve início durante o governo de Beaurepaire Rohan, entre 1857 e 1859. Nesse período, foram inseridos novos eixos urbanos que, com a virada do século, já se consolidavam em forma de novas praças, calçamentos e equipamentos urbanos. A linguagem eclética foi recorrente na antiga cidade da Parahyba, sendo a Rua das Trincheiras detentora de um grande repertório de residências do gênero, muitas delas, atualmente, em total estado de abandono (Figura 10).

Figura 10: Palacete eclético em estado de arruinamento à Rua das Trincheiras.



Fonte:Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Outra linguagem arquitetônica originária da Europa no início do século XX e que repercutiu no Brasil foi o **Art Déco**. Inspirado pelo maquinário industrial, o movimento ganhou larga produção a partir da década de 1930, representando a busca pelo progresso e modernização da arquitetura. Segundo Correia (2008, p. 48), tal vanguarda arquitetônica somente recebeu essa nomenclatura na década de 1960, quando havia grandes discussões sobre essas linguagens que historicamente precederam o movimento modernista.

Farias (2011, p.33) em sua dissertação sobre o **Art Déco** em João

Pessoa explica que tal produção arquitetônica é marcada pelas novidades tecnológicas cotidianas, a exemplo da “energia elétrica, o automóvel, o transatlântico e o cinema, entre outros; além de lançar mão de soluções formais e estéticas simples e facilmente assimiláveis para atender as necessidades e gostos da época”.

Segundo Correia (2008, p. 49), o *Art Déco* se ancorou em “impulsos do cubismo, do futurismo, do expressionismo e de outros movimentos das artes plásticas, ao mesmo tempo em que absorveu influências diversas de arquiteturas anteriores e contemporâneas”.

Figura 11 – Agência dos Correios e Telégrafos de Campina Grande



Fonte: QUEIROZ 2008, apud, FARIAS 2011 p.42

Ainda de acordo com Farias (2003, p.50), a tendência *Déco* com sua “simplificação geometrizar e seus elementos decorativos” ganhou destaque principalmente nas tipologias relacionadas com indústrias e referências modernizantes como agências de Correios e Telégrafos, edifícios administrativos públicos, etc. (Figura 11). Essa arquitetura marcada

por “motivos figurativos estilizados e formas curvas aerodinâmicas” foi também amplamente ligada à maquinários e grandes navios (Figura 12):

“As máquinas, especialmente os grandes navios, foram uma fonte importante de inspiração desta arquitetura: nela os vão circulares – muitas vezes dispostos enfileirados – distanciam-se dos óculos e remetem às escotilhas de navios (ou a janelas de aviões); os gradis de ferro adotam, com frequência, formas despojadas, inspiradas em guarda-corpos de passadiços; enquanto os volumes arredondados sugerem torres de comando ou convés de popa. Engrenagens de máquinas e motores também inspiraram a forma de ornamentos (CORREIA, 2008. p. 51).

Figura 12 – Capitania dos Portos, João Pessoa, por Hermenegildo Di Lascio



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2019. Figura 12 – Capitania dos Portos, João Pessoa, por Hermenegildo Di Lascio

A monumentalidade era alcançada através de composição volumétrica de elementos “cilíndricos, arredondados ou planos verticais ou horizontais” utilizando-se em muitos casos o escalonamento na fachada, afirma a autora supracitada. O *Decó* foi largamente difundido durante o governo de Getúlio Vargas, que assumiu em 1930, e apresentou premissas de “extirpar os males dos governos passados e implantar um programa de desenvolvimento para o país (CALDEIRA, 1997, apud FARIAS, 2008, p.65). Farias explica ainda que o governador Anthenor Navarro, ao assumir o poder do Estado da Paraíba (1930-1932), procurou executar o plano de modernização de Getúlio, adotando as expressões formais do Déco no território paraibano.

Uma vez conceituadas sob um olhar geral as linguagens arquitetônicas identificadas no centro urbano de São João do Rio do Peixe, e a possibilidade de perda desse patrimônio por desconhecimento de seu valor material e simbólico, a próxima seção trata dos principais conceitos que se aplicam ao patrimônio ali encontrado, sua permanência e os mecanismos necessários para sua salvaguarda.

2.2 Sobre conceitos e práticas

Na obra, *O que é Patrimônio Histórico*, Carlos Lemos (1985, p.8) usa definição do Professor francês Hugues de Varine acerca do patrimônio cultural classificando-o em três categorias de elementos, sendo a primeira aquela que engloba a natureza e tudo o que o meio ambiente fornece para tornar um sítio habitável: são os rios, peixes, cachoeiras, árvores.

A segunda categoria é definida como o conhecimento de técnicas e o saber fazer que capacita a sobrevivência do homem, a exemplo das formas de construção de pau-a-pique encontradas no nordeste brasileiro, o desenhar e modelar detalhes de platibanda, o moer da farinha de mandioca, entre outras formas de construir e viver.

A terceira categoria engloba os artefatos consequentes do meio ambiente aliados ao saber fazer, como igrejas, casas, objetos, cidades, etc. Segundo seu entendimento, os artefatos podem ter vida útil de consumo imediato ou prolongado, assim como podem mudar de serventia e função, a exemplo das igrejas que foram reutilizadas em outras religiões como mesquitas.

Surge então o questionamento: Por que preservar tais artefatos, conhecimentos ou natureza? As poucas pessoas que possuem o sentimento de proteção, normalmente possuem interesses próprios, como os agentes de turismo que precisam de sítios atrativos em bom estado de conservação para gerar lucros (LEMOS, 1985, p. 30).

Os primeiros registros de interesse de proteger monumentos no Brasil, apareceram em 1742 com a carta do Conde Galveias ao go-

vernador de Pernambuco (LEMOS, 1985, p.34). Entretanto, foi apenas na década de 1920, que surgiram nomes como Luiz Cedro, Jair Luiz e Wanderleiy Pinho, que foram em busca de meios formais através de projetos de lei para evitar a perda de imóveis históricos. Em 1936, Mário de Andrade, atuando junto com o jornalista Paulo Duarte, criou um projeto que foi oficializado em lei no ano seguinte, englobando: Arte Arqueológica, Arte ameríndia, Arte popular, Arte histórica, Arte erudita nacional, Arte erudita estrangeira, Artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras. Dessa forma, inicia-se as práticas legais para proteção do patrimônio cultural.

Até meados do século XX, o pouco que se havia preservado partiu de iniciativas de colecionadores ou pessoas que, pontualmente, tinham interesses pessoais mas não havia ainda o entendimento de manter preservadas as características na escala de uma rua ou quadra, por exemplo. Nessa fase, entraram em cena os órgãos públicos com esse poder de englobar o urbano como material a ser mantido. Em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado, mas segundo Lemos (1985, p. 64), as repartições públicas inicialmente tratavam de “preservar, principalmente, bens arquitetônicos, quase todos de exceção.”

As discussões acerca de patrimônio, preservação e restauro são relativamente recentes. No cenário internacional, há 100 anos, havia o sentimento geral de falta de diretrizes sobre como lidar com o patrimônio histórico, tendo em vista os feitos dos arquitetos que, à sua maneira, colocaram em prática suas teorias de restauro nos fins do século XIX, a exemplo de Violet Le Duc e John Ruskin.

A partir de então surgiram os encontros internacionais que resulta-

ram em documentos que nada mais são que “regras” a serem seguidas no âmbito da preservação e restauração patrimonial. Alguns exemplos de Cartas Patrimoniais resultantes dessas conferências são: Carta de Atenas (1931); Recomendação Paris (1962); Carta de Veneza (1964); Conferencia de Quito (apenas para países latino-americanos, 1967); Compromisso de Brasília (1970); etc. (LEMOS 1985, p. 72-91).

No âmbito da Paraíba, os órgãos que fiscalizam e têm a competência de manter seguro o patrimônio histórico local são o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, antigo SPHAN), e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP). As prefeituras municipais também devem agir em prol da salvaguarda de patrimônios a níveis municipais. Na Paraíba, existem dois Centros Históricos homologados pelo IPHAN, são eles: Areia e João Pessoa. Existem atualmente dezesseis cidades ao longo do território paraibano, que estão salvaguardadas pelo IPHAEP. Essa medida de proteção acontece através de processo com estudos e levantamentos para que então seja julgada a importância de um centro histórico, monumentos, imóveis ou qualquer manifestação patrimonial. Caso seja comprovada a relevância em casos de sítios históricos, são definidas poligonais de proteção APR (Área de preservação rigorosa) e APE (Área de preservação de entorno), resultando no tombamento do objeto. O tombamento é uma deliberação de salvaguarda patrimonial através da qual o imóvel tombado tem sua preservação garantida por lei.

O termo de tombamento não obrigatoriamente significa que o objeto tombado não seja passível de sofrer adaptações. Existem classificações que definem os níveis de salvaguarda de um imóvel inserido num Centro Histórico, como por exemplo: a) Conservação total, quando as características formais externas e internas devem ser preser-

vadas; b) Conservação Parcial, imóveis que apresentam traços externos relevantes que podem sofrer alterações na disposição interna; c) Renovação Controlada, são aqueles que podem sofrer mudanças tanto no lote como no interior da edificação, porém com ressalvas a serem seguidas; e finalmente d) Renovação total, que são edificações passíveis de demolição inseridas em áreas de preservação.

Apesar dos esforços no sentido de proteger monumentos relevantes, a descaracterização ou perdas de objetos históricos é um fato que a sociedade na sua grande maioria deixa passar despercebido. Essas perdas podem acontecer tanto ao nível de descaracterizações reversíveis até o arruinamento ou demolição de um imóvel. A abertura de vãos em casarios localizados em centros históricos é um caso frequente nos dias atuais. A própria linguagem eclética foi usada como recurso para “modernização” de edifícios coloniais. Sobre o assunto, assim se expressou Aragão (2017, p. 32): “Já em fins do século, muitas construções antigas foram demolidas e substituídas por edificações ecléticas. Às mudanças de ordem econômica, política e social corresponderam transformações na paisagem urbana”.

A descaracterização e consequente arruinamento constituem ‘manobras’ usadas por proprietários com interesses individuais para especulação imobiliária. Por vezes, donos do imóveis inseridos em zonas protegidas por órgãos patrimoniais, sabendo das limitações impostas à sua propriedade, autorizam que terceiros façam uma “limpeza” nas vedações do imóvel, resultando em danos sérios das alvenarias e agilizando o processo de arruinamento (Figura 13). Nesses casos, há penalidades para o infrator, porém a maior lesada é a cidade que perde parte de sua memória.

Figura 13: Imóvel à Rua Princesa Isabel, Centro, João Pessoa, PB.



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

A população também deve ser agente ativo no zelo patrimonial, tanto de artefatos como de patrimônios imateriais: os conhecimentos, técnicas, tradições que trazem identidade para um povo. Um dos fatos que “comparecem na programação da preservação do Patrimônio Cultural a nível regional [...] é a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação do nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva” (LEMOS, 1985, p. 84). Essa afirmação é pertinente, e se aplica a vários lugares, inclusive a São João do Rio do Peixe, que não tinha seu patrimônio arquitetônico protegido por lei, o que levou a vários imóveis serem alterados e até destruídos.

Não obstante, a população demonstra zelo por sua memória coletiva, haja vista o episódio da mudança de nome do município, que, em 1932, através do Decreto Municipal nº 50 passou a ser denominado Antenor Navarro, em homenagem ao Interventor Federal que governou a Para-

íba e faleceu em um acidente aéreo na Bahia (IPHAEP, 2000, fl. 06). O novo nome da cidade perdurou por 57 anos, porém sem a aceitação da população que, em 1989, através de um decreto restaurou a denominação original da cidade de São João do Rio do Peixe. Há relatos que, mesmo durante os anos que passou como Anthenor, os moradores continuavam usando o nome original. Nesse exemplo, a população insatisfeita com a desfeita à sua identidade, resistiu e lutou para que a fazenda São João, de João Dantas, na Ribeira do Rio do Peixe, não fosse perdida.

No tocante ao patrimônio arquitetônico, essa tradição de preservação não se aplicou, pelo menos nas antigas Fábrica de arroz e Usina de beneficiamento de algodão que, uma vez abandonadas, se tornaram ruínas pelo desuso.

Contemplados os conceitos sobre as linguagens arquitetônicas que animam o sítio em estudo, e situações recorrentes quando o quesito é patrimônio histórico, o próximo capítulo trata do Centro Histórico de São João do Rio do Peixe, ressaltando como aconteceu o seu tombamento e faz uma análise do “estado da arte” de suas edificações mais emblemáticas.

3. O Patrimônio arquitetônico de São João do Rio do Peixe

3.1 Considerações Gerais sobre o Centro Histórico

“Cada cidade configura a problemática à sua maneira. Porém, acreditamos que certos parâmetros constantes podem ser definidos para servir de guias iniciais na abordagem do tema em qualquer circunstância[...]” (Lemos, 1985, p. 50)

Corroborando a citação de Lemos, a cidade de São João, como qualquer outra localidade, apresenta características próprias e um percurso histórico próprio. O parâmetro de tombamento que possibilitou a salvaguarda desse sítio histórico, no entanto, é o mesmo que guiam as diferentes cidades e situação similar. Seu Centro Histórico apresenta características gerais de paisagem urbana pouco alteradas. O interesse inicial para que houvesse a proteção legal desse sítio, partiu da historiadora Rosilda Cartaxo. Em 31 de outubro do ano de 2000, o ofício Nº0152/2000 foi expedido da Subsecretaria de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura destinado ao diretor do IPHAEP, Dr. Itapuan Targino, solicitando a delimitação do Centro Histórico da Cidade de São João do Rio do Peixe. O documento alegava “trata-se de uma das mais significativas construções dos gêneros existentes na Paraíba, que mantém suas características originais e que deverá ser destinada à implantação de um museu daquela cidade” (IPHAEP,2000, fl.01).

Após feitos os levantamentos histórico e cultural, o órgão de preservação afirmou ser necessária “a preservação desse patrimônio secular, tendo em vista, o interesse da Edilidade, de implantar projetos de desenvolvimento urbanístico-sócio-cultural [...] assegu-

rando a manutenção e conservação dos bens [...]” (IPHAEP, 2000).

A continuidade do processo de estudos de delimitação das APR e APE, assim como a catalogação dos bens nelas inseridos, aconteceu ao longo do ano de 2001, quando o parecer expedido pela Coordenação de Arquitetura e Ecologia, sob responsabilidade da arquiteta Jussara Bióca de Medeiros e Maria do Socorro Bizerra, propôs a poligonal rigorosa com perímetro definido pelos seguintes logradouros: Praça da Matriz, Rua Jacob Frantz, Rua Ciqueira Campos, Rua Djalma Dutra, Rua Raimundo Barros e Rua Josué de Freitas, compreendendo as quadras 01-23 (Figura 14).

Figura 14- Delimitação do Centro Histórico inicial de São João do Rio do Peixe



Fonte: Processo 0183/2000 IPHAEP fl. 77

Conselho de Proteção de Bens Históricos (CONPEC), em sessão realizada em 07 de novembro de 2001, onde o relator do processo, Umbelino Peregrino de Albuquerque, membro do IPHAN, deu um parecer favorável ao tombamento, referendou a decisão, que foi aprovada por unanimidade pelo então Conselho, e publicado em Diário Oficial de 04 de abril de 2002 - Decreto Nº22.917/2002.

No documento, é possível observar o mapa onde há destaque para a antiga usina de arroz, a antiga usina de algodão S. Luiz, atualmente em completo estado de ruínas (Figuras 15 e 16), a Capela de São Francisco (Figura 17), a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário e a Cadeia Pública, que estão indicados como imóveis protegidos isoladamente. De fato são importantes exemplares para a história da cidade que curiosamente não foram citados no processo do IPHAEP sob nº 0183/2000, que deu origem à proteção do centro histórico, nem tampouco no corpo do texto do Decreto estadual. Daí ser oportuna a menção dos mesmos no atual estágio do ensaio, apesar de não figurarem no repertório das edificações emblemáticas a serem tratadas no presente trabalho, à exceção da Igreja Matriz.

No grupo de imóveis com proteção individual, está também o edifício da Estação Ferroviária, protegida pelo tombamento temático das estações ferroviárias da Paraíba, assegurado no Decreto Estadual Nº 21.434 publicado no ano 2000 (TARGINO, 2001). Este é um caso atípico onde se impõe o comprometimento de moradores da cidade com o seu patrimônio. Em 2016, liderados por Wlisses Abreu e Rogério Galvão, a Comissão Central de Articulação requereu através do Ofício Nº 02/2016 ao IPHAEP juntamente ao IPHAN, a aprovação e apoio téc-

Figura 15 – Usina de Beneficiamento de Algodão S. Luiz



Fonte: GALVÃO (2015 p.58) – fotografia de 1995

Figura 16 – Ruínas da antiga Usina de Beneficiamento de Algodão S. Luiz



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 17- Capela de São Francisco



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

nico para realizar o projeto de restauro da estação, tendo em vista o estado de abandono em que se encontrava, em apelo à Campanha Salve a Estação Ferroviária. O documento reforçava a proteção tanto estadual como a salvaguarda nacional, apresentada pela Portaria IPHAN Nº 407/2010, que abrange o Patrimônio Cultural Ferroviário (IPHAEP, 2016, fl. 02). A comunidade se articulou para arrecadar fundos para a realização do restauro que está em andamento (Figura 18).

Uma vez apresentado o processo que culminou com o tombamento do Centro Histórico de São João do Rio do Peixe, destacando a poligonal de proteção sob a responsabilidade do IPHAEP, onde são definidas as áreas de preservação rigorosa e parcial, a próxima seção aborda as principais edificações da cidade a partir de novos ma-

pas produzidos especialmente para esse trabalho, com a finalidade de apresentar com precisão o patrimônio arquitetônico da cidade.

Figura 18– Antiga Estação Ferroviária de São João do Rio do Peixe



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

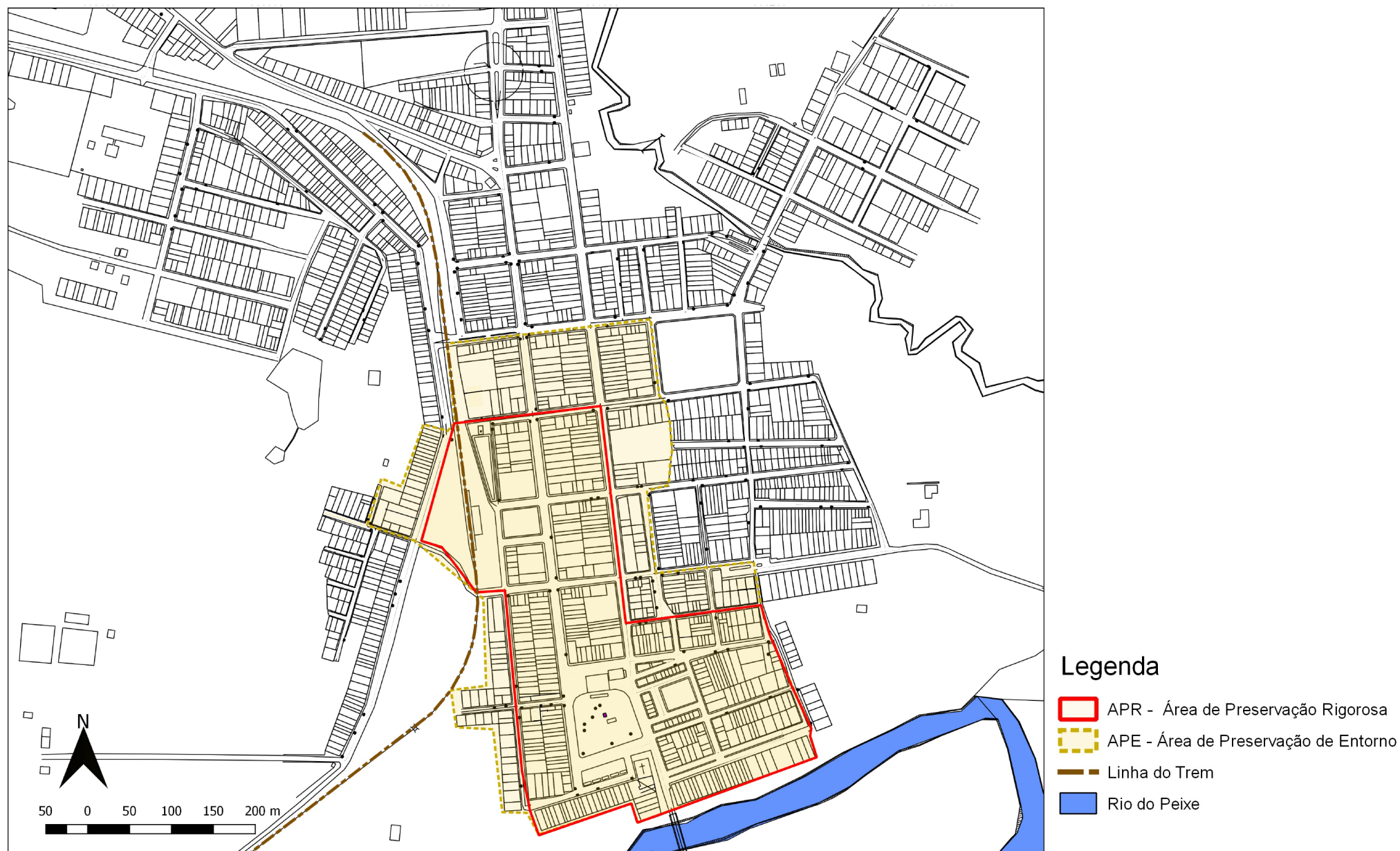
3.2 Análise das edificações emblemáticas

Esta seção trata das edificações de valor arquitetônico encontradas no Centro Histórico de São João do Rio do Peixe, que são inicialmente pontuadas a partir da produção de uma planta da sede do município com destaque para a poligonal de proteção definida pelo IPHAEP (Figura 19), e de outra, destacando os imóveis a serem estudados (Figura 20).

Quatorze imóveis são aqui analisados, considerando a pertinência dos mesmos em termos de expressão arquitetônica, e sua permanência como edifícios que não foram alterados ao longo do tempo. Os imóveis, sobretudo aqueles de uso residencial, são estudados sob o ponto de vista de sua forma arquitetônica, registrada através de fotografias, e de sua configuração espacial, documentada através de plantas desenhadas e digitalizadas pela autora para fins de estudos comparativos e estabelecimento de um juízo acerca de sua espacialidade e de sua importância histórica e artística no contexto da cidade.

Os exemplares arquitetônicos de uso residencial são abordados no sentido sul-norte do mapa do Centro Histórico, sendo identificados individualmente através de planta geral reduzida, recorte ampliado da localização do imóvel, sua planta com implantação, e fotografias tanto gerais como específicas da construção. Os demais imóveis de uso institucional ou de serviços são tratados em seguida, também de sul para norte no mapa geral do Centro Histórico, culminando com a Coluna da Hora, que na verdade constitui um marco arquitetônico de grande expressividade para a época em que foi construído – 1948.

Figura 19 - Planta da cidade de São João do Rio do Peixe



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba. Edição Anna Luisa Dantas

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba. Edição Anna Luisa Dantas



Imóveis Emblemáticos

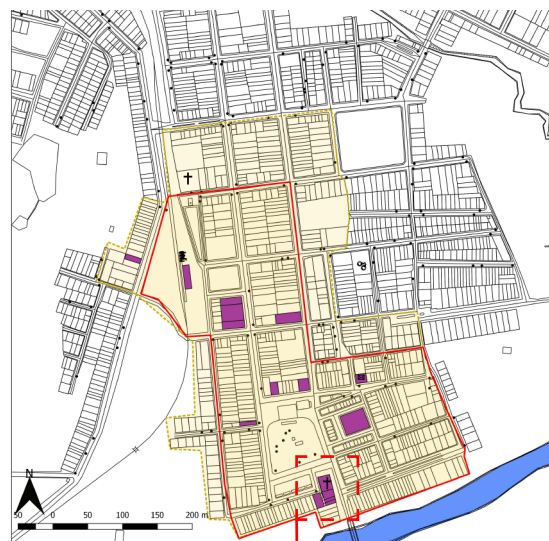
1. Imóvel nº 178 à Travessa Cinco de Agosto

O imóvel nº178 é uma edificação térrea, localizada na Travessa Cinco de agosto, implantada em um lote tipo gaveta. Apresenta recuo lateral direito e um sótão na porção central da edificação, proporcionado pelo acentuado declive da cobertura em duas águas com cumeeira paralela à rua (Figura 22).

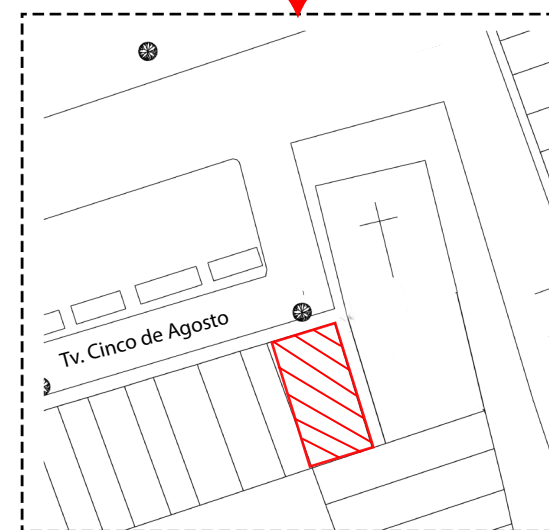
A fachada principal possui platibanda que, em sua parte central, apresenta relevos florais. Logo abaixo, uma cornija e uma espécie de arquitrave delimitam e separam a platibanda do plano da fachada da edificação. Acima das esquadrias, com molduras em arco pleno, há detalhes geométricos alinhados e, nas duas extremidades da fachada, elevam-se cunhais que tocam a arquitrave, formando o emolduramento da frontaria (Figura 21).

Vale ressaltar a presença da inscrição do ano da construção - 1860- em alto relevo acima da abertura central. Através de comparações com imagem antiga, percebe-se que a disposição das esquadrias foi alterada, pois originalmente havia três portas intercaladas por duas janelas (Figura 23) . Hoje há duas portas e quatro janelas em réguas de madeira, todas niveladas na sua parte mais alta pelos arcos já citados.

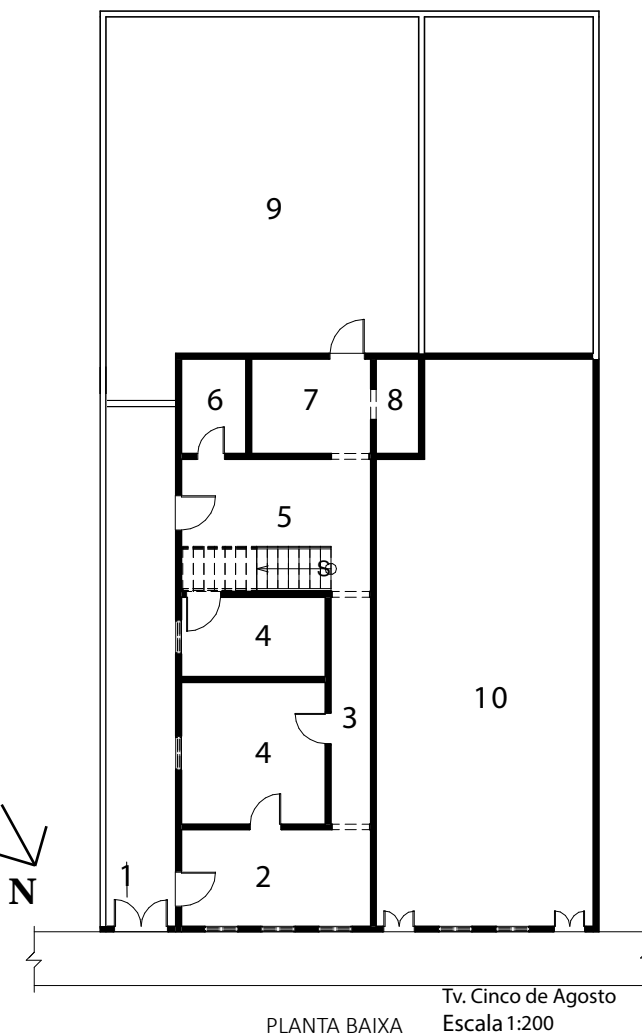
Com traços ecléticos incipientes, a edificação foi a primeira a ser construída na rua, logo ao



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO



Legenda

- | | | |
|-------------------|-------------|-----------------------------|
| 1- Acesso lateral | 5- Jantar | 9- Quintal |
| 2- Sala | 6- WC | 10 - Restante da edificação |
| 3- Circulação | 7- Cozinha | |
| 4- Quarto | 8- Despensa | |

Figura 21 - Imóvel nº178, Fachada norte



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 22 - Imóvel nº178, Fachada leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 23 - Imóvel nº178 no contexto da quadra



Fonte: GALVÃO (2015, p. 30), 1948

lado da Igreja matriz. Durante a década de 1880, sediou por um período a primeira Câmara Municipal. O imóvel hoje está desmembrado, metade com uso comercial (lanchonete), e a outra parte com uso residencial.

A planta baixa ao lado expõe a disposição dos ambientes. A entrada se dá através do recuo lateral que forma um corredor de acesso marcado por um portão de ferro com gradil trabalhado. Duas portas em madeira possibilitam a entrada na residência, uma na sala de visitas e outra na sala de jantar. A sala de visitas conecta-se diretamente com um quarto e também a uma circulação interna ligado à sala de jantar citada. Neste ambiente há a escada que leva ao sótão, espaço comumente encontrado nesse tipo de edificação. Aos fundos, uma cozinha e despensa próximos ao quintal aberto encerram a disposição dos ambientes. O banheiro localizado ao lado da cozinha, provavelmente foi adicionado ao programa anos depois de sua construção, tendo em vista que, em 1860, não existia esse tipo de ambiente no corpo da edificação. O lote com quintal aberto aos fundos, repleto de vegetação permanece assim até hoje.

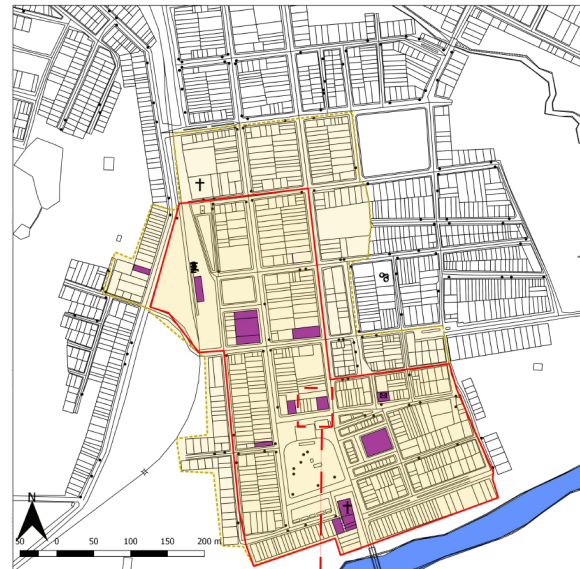
2. Imóvel nº 67 à Rua José Dantas

Localizado na esquina das ruas Tab. José Cândido e R. José Dantas, em frente ao primeiro posto de gasolina de São João, o imóvel Nº 67 ocupa quase todo o lote, havendo recuo na lateral leste que permite o acesso para o interior da edificação (Figura 24). Segundo Galvão (2015, p.29), a residência foi moradia de um importante médico, Dr. Otacílio Jurema.

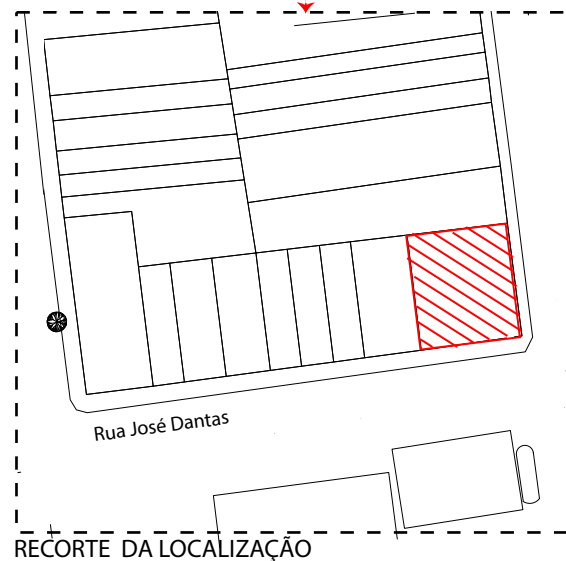
A construção eclética de gabarito térreo com sótão apresenta coberta em duas águas (compondo o antigo casario que formava a frente da quadra), e está geminada em sua lateral direita. A fachada frontal possui platibanda com detalhes ritmados em relevo dividindo-a em quatro porções iguais (Figura 25). Este coroamento repousa sobre elegante cornija delimitada nas extremidades com cunhais que marcam verticalmente a fachada sul.

Seis esquadrias de venezianas de madeira e vidro de diferentes larguras, e dispostas de maneira alternada compõem o arranjo da fachada principal as quais não são originais visto que nas foto antiga pode-se observar a apresentação de quatro janelas alinhadas simetricamente típicas da época colonial. (Figura 26).

A fachada lateral possui aberturas simétricas



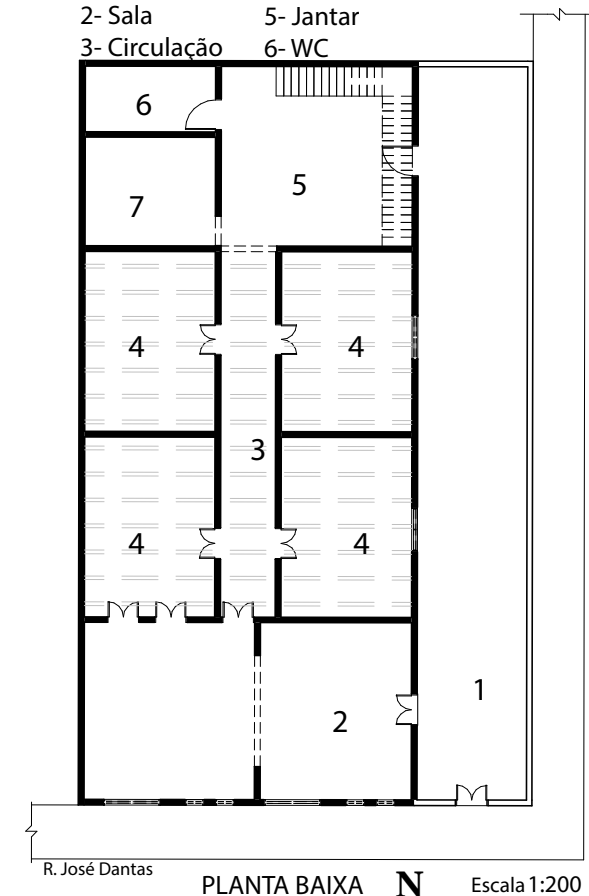
PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P



sendo duas portas de acesso nas extremidades, duas janelas no térreo e duas janelas para iluminação e ventilação do sótão.

A disposição dos ambientes é simples: a sala é conectada com a circulação e um dos

- Legenda
- | | | |
|-------------------|-----------|------------|
| 1- Acesso lateral | 4- Quarto | 7- Cozinha |
| 2- Sala | 5- Jantar | |
| 3- Circulação | 6- WC | |



Escala 1:200

Figura 24 - Imóvel nº67, Fachadas sul e leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 25 - Imóvel nº67, Fachadas sul



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 26 - Imóvel nº 67 no contexto da quadra

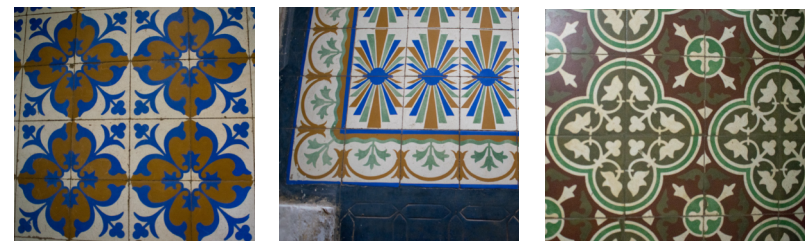


Fonte: GALVÃO (2015, p.29), 1948.

quartos. Esse corredor central dá acesso aos quatro quartos, que estão um de frente para o outro, e faz conexão com a sala de jantar, cozinha e banheiro. A escada de acesso para o sótão é disposta em "L" e, está localizada na sala de jantar.

Cada ambiente possui um tipo diferente de ladrilho hidráulico (Figura 27). As esquadrias internas são de duas folhas apresentando bandeiras com fechamentos em vidro, atualmente algumas estão sem vedação e outras estão vedadas com madeira.

Figura 27 - Ladrilhos hidráulicos encontrados no interior do imóvel



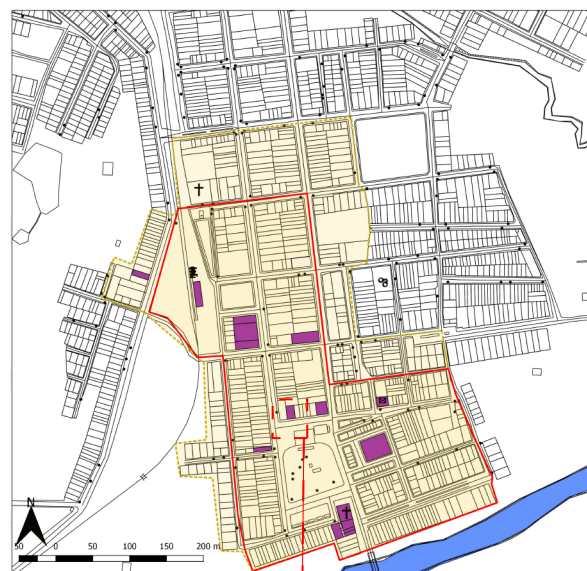
FONTE: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

3. Imóvel nº 19 à Rua José Dantas

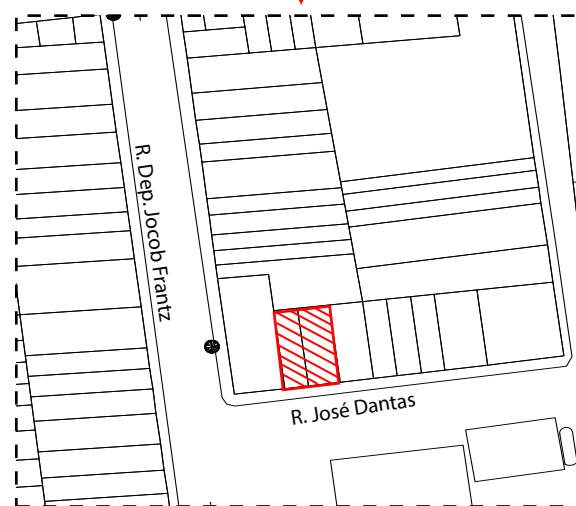
A edificação Nº 19, localizada na Rua José Dantas, ao norte da Praça da Matriz, está implantada em lote tipo gaveta, geminada à edificações laterais estando recuada apenas dos seus limites posterior (Norte). Uma imagem datada de 1948 revela que a edificação era de esquina, o que sugere que, com a expansão urbana, a quadra em que está inserida recebeu mais um lote a oeste (Figura 30).

A residência, que permanece ainda com seu uso original, pertenceu ao Padre Cirilo de Sá, figura importante no cenário são joanense. O telhado em duas águas de telhas cerâmicas, é marcado por uma alta cumeeira, sendo a de maior comprimento em relação às casas na mesma rua.

Sua fachada principal é nitidamente eclética, dotada de platibanda com elementos vazados intercalados com colunetas. As iniciais PJCS (Padre Joaquim Cirilo de Sá) marcam a parte central de coroamento que se projeta sobre a porta principal da edificação (Figuras 28 e 29). As esquadrias em madeira são de duas folhas e emolduradas por arcos ogivais com detalhes em alvenaria onde existiam bandeiras. Frisos e cornija marcam o coroamento do edifício, cujo embasamento é também



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

destacado por linhas horizontais em relevo.

Originalmente, a simetria da fachada estava garantida pela porta central, contudo o imóvel foi desmembrado em dois, gerando assim a necessidade de transformar uma das janelas em porta de acesso para a nova residência.

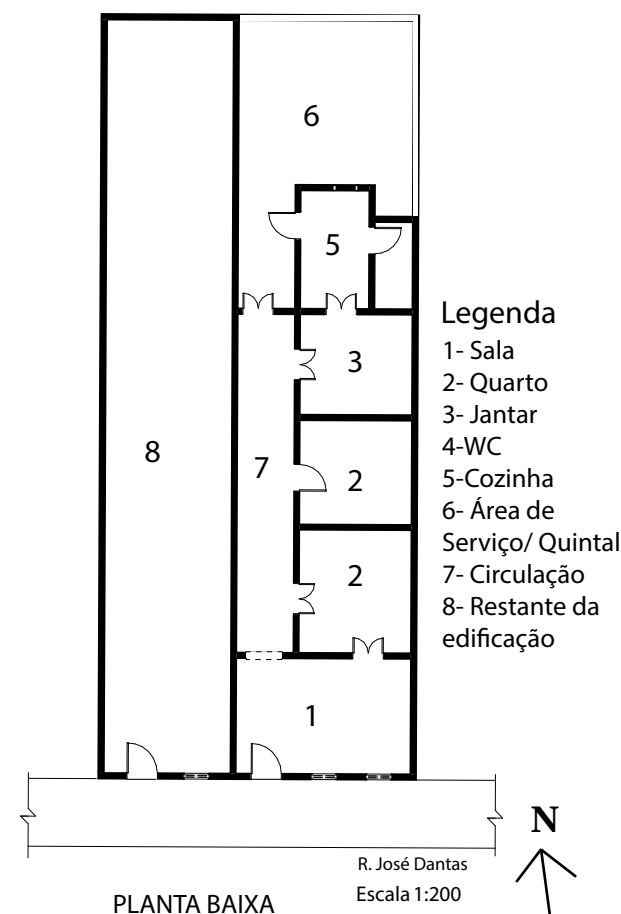


Figura 28 - Imóvel nº19, Fachada sul



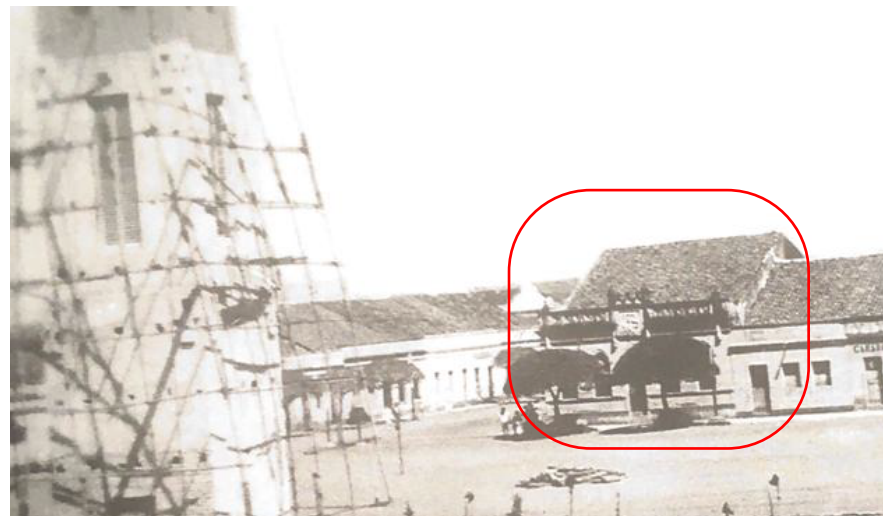
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 29 - Imóvel nº19, Fachada sul



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 30 - Imóvel nº19, no contexto da quadra



Fonte: GALVÃO (2015, p.30) ,1948

Figura 31 - Circulação interna



A disposição dos compartimentos é visível no imóvel do lado leste. Tudo leva a crer que o imóvel a oeste era o rebatimento do lado leste. A planta compreende sala de visitas, quartos, sala de jantar, cozinha, banheiro, área de serviço e quintal; conta ainda com um espaço destinado ao armazenamento de comida com estrutura parecida com os típicos sótãos (Figura 31). Acima da circulação central, nota-se a presença de vigas de madeira engastadas nas paredes e, dispostas sobre as vigas, tábuas de madeira constituindo o piso do novo ambiente.

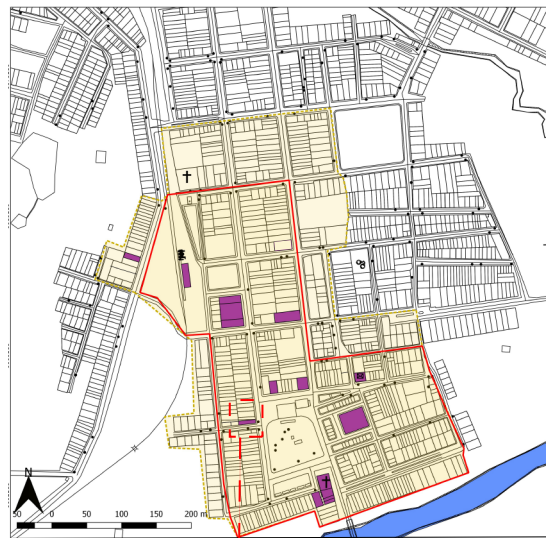
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

4. Imóvel nº 5 à Rua Dep. Jacob Frantz

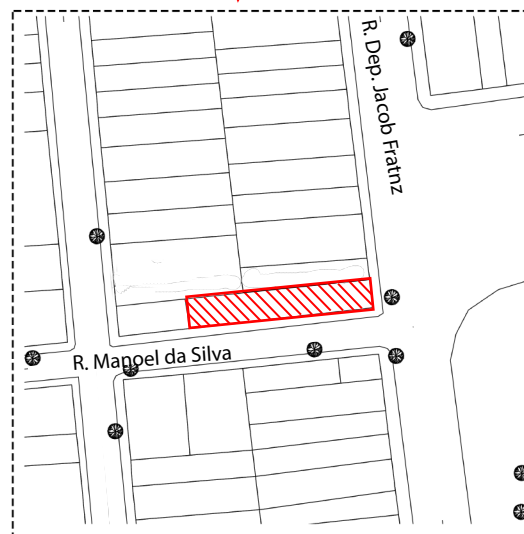
A casa que pertenceu ao médico João Izidro Pereira está implantada em um lote de esquina com grande profundidade. Duas cobertas de duas águas dispostas paralelamente cobrem todo o lote, onde o imóvel está implantado sem recuos, geminado ao norte com o lote ao seu lado. A composição de elementos em relevo em suas fachadas sul e leste caracterizam a natureza eclética da edificação.

Na fachada leste observa-se, acima das esquadrias e na platibanda, detalhes em alto relevo com motivos florais, característica bastante difundida no *Art Nouveau* (Figura 34). A fachada é simétrica em seus detalhes e, segundo a proprietária, apresentava originalmente duas janelas em madeira, substituídas por uma grande esquadria em madeira de quatro folhas, sendo duas fixas.

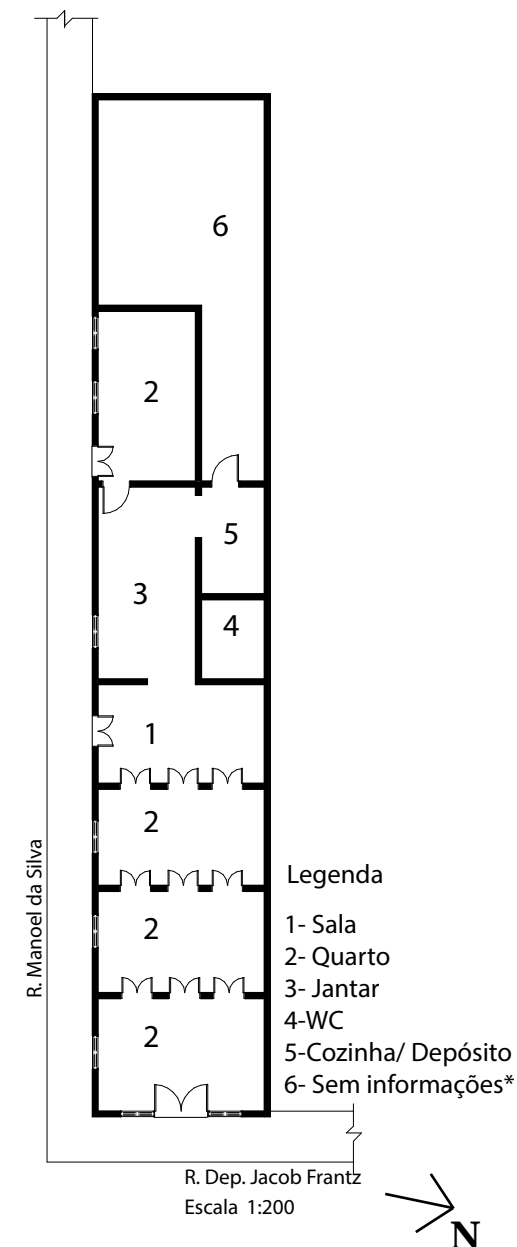
O acesso à residência se dá através de porta existente na fachada sul, onde existem seis aberturas com janela de venezianas com vidro de duas folhas emolduradas com detalhes em relevo na alvenaria, notadamente aqueles inferiores que se assemelham à bandeiras em arco invertido (Figura 32). A porta de entrada encontra-se aproximadamente no meio da refe-



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO



PLANTA BAIXA

Figura 32 - Imóvel nº5 Fachada sul



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 33 - Acesso fachada sul



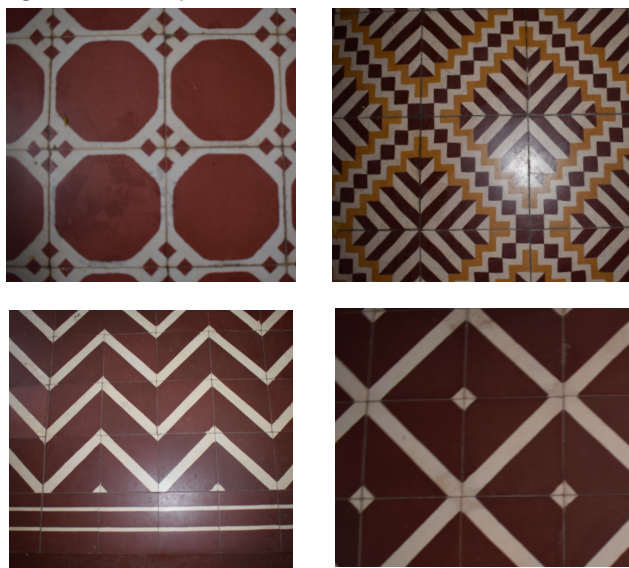
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 34 - Detalhes na fachada leste com motivos naturais



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 35- Exemplos de ladrilhos do interior do imóvel



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

rida fachada, dando acesso a uma sala de estar que se comunica com a área de dormitórios (Figura 33). Ao oeste, do lado oposto está a sala de jantar. Os quartos estão alinhados e possuem paredes com três aberturas de portas (alinhadas) de duas folhas com bandeiras vazadas em madeira.

Cada ambiente possui um tipo diferente de ladrilho hidráulico como era de costume à época (Figura 35). A sala de jantar dá passagem para a cozinha e um pequeno depósito com abertura zenital para passagem de luz.

5. Imóvel S/N na esquina das Ruas José Cândido e Antônio Gonçalves.

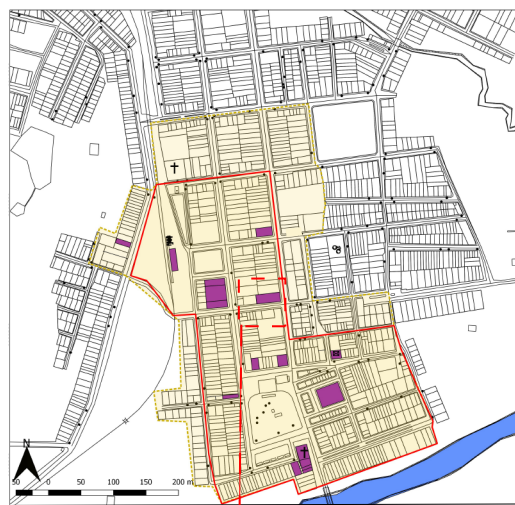
O imóvel situado na esquina das ruas Tab. José Cândido e R. Antônio Gonçalves trata-se de uma edificação térrea com cobertura em duas águas e cumeeira paralela à rua. Implantado parcialmente sobre os limites sul e leste do lote, onde apresenta terraço lateral recuado.

Com nítidas características ecléticas, o edifício apresenta na sua fachada principal (leste), platibanda rica com detalhes e frisos com um "BC" marcado na sua parte central além de elementos de motivos naturais (Figura 39).

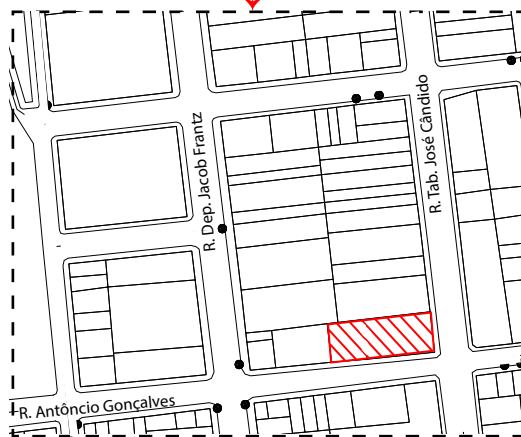
As aberturas frontais estão vedadas com alvenaria (Figuras 36 e 36 A), mas as janelas laterais remanescentes apresentam duas folhas em madeira com bandeiras guarnecidas de desenhos geométricos, desalinhadas e fechadas com vidro (Figura 38).

O acesso ao imóvel se dá através de um terraço recuado na porção norte com vãos em forma de arco pleno, e anexo a outro voltado para o leste, comunicando com a sala principal da casa.

A sala comunica-se com a parte íntima da residência e com a cozinha e banheiro.



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

Figura 36 - Imóvel esquina R. Tab. José Cândido/R. Antônio Gonçalves - Fachada leste

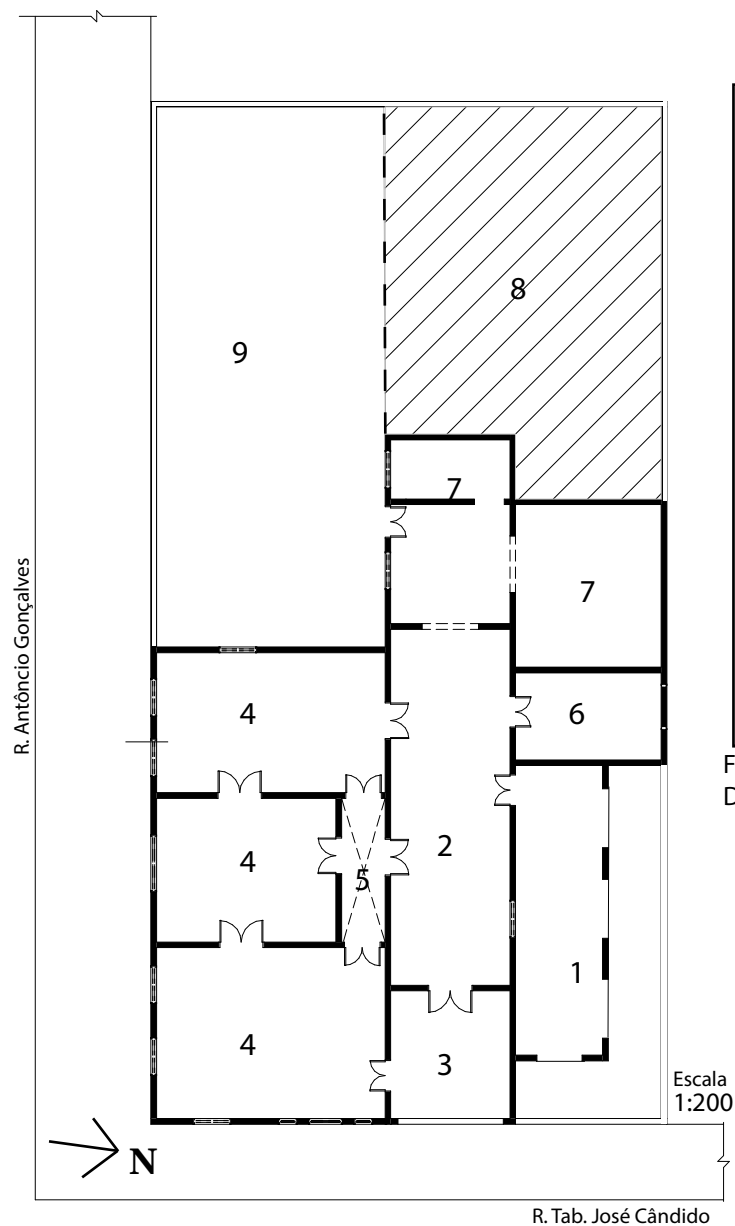


Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 36 A- Imóvel esquina R. Tab. José Cândido/R. Antônio Gonçalves - Fachada leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018



PLANTA BAIXA

Figura 37 - Ladrilhos hidráulicos internos



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Legenda

- 1- Terraço de acesso
- 2- Sala
- 3- Varanda
- 4- Quarto
- 5- Circulação
- 6- WC
- 7- Cozinha
- 8- Área arruinada
- 9- Área livre

Figura 38- Imóvel esquina R. Tab. José Cândido/R. Antônio Gonçalves - Fachada sul



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 39 - Detalhes de platibanda - fachada leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

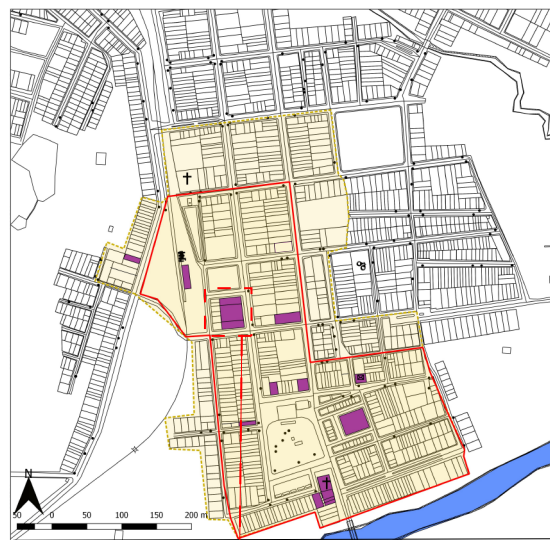
Os quartos são interligados por circulação sem coberta. Cada ambiente possui um tipo de ladrilho hidráulico (Figura 37). O banheiro era conhecido na cidade, pois desde o século passado já tinha banheira, que ainda permanece no local, porém em péssimas condições de conservação. A área da cozinha está mal conservada, porém a parte de serviços aos fundos do lote, ruíu.

6. Imóvel nº 147 à Rua Dep. Jacob Frantz

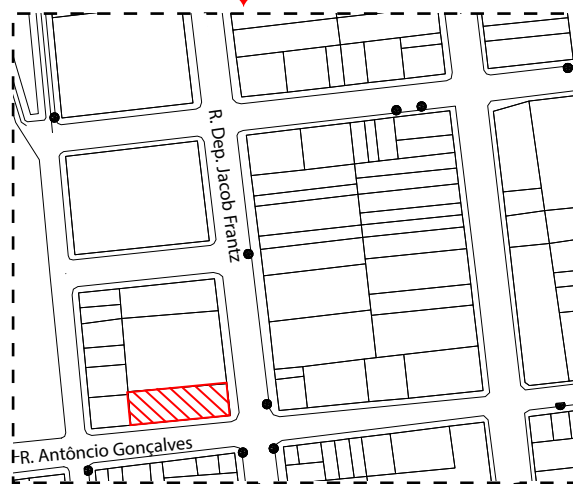
O imóvel Nº 147, situado na esquina da Rua Dep. Jacob Frantz com a Rua Antônio Gonçalves, se destaca por sua curiosa implantação e pela riqueza de elementos decorativos nas suas fachadas leste e sul. Sua implantação já configura-se como cita Reis Filho (1987, p. 16) com a presença de recuo própria do início do século XX. A edificação possui dois recuos na fachada sul para fins de conforto ambiental (Figura 41). A coberta de quatro águas é totalmente escondida pela platibanda que acompanha todo o perímetro da edificação.

A composição geral das suas fachadas é destacada pela platibanda marca por molduras horizontais em relevo que interagem com o anel externo à janela tripartida da frontaria leste num claro apelo *Art Nouveau* (Figuras 42 e 43). As aberturas de janelas e portas são coroadas com arcos abatidos em relevo na alvenaria, conferindo uma dinâmica própria à edificação. A composição tripartida das aberturas da fachada leste guarnecida de balcão com balaústres, confere um desenho requintado à fachada leste. (Figura 40)

O acesso à edificação é feito através de portão anexo à fachada leste, sendo essa área externa definida por imponente balaustrada que separa a propriedade do passeio público. Existem duas portas de acesso à residência



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

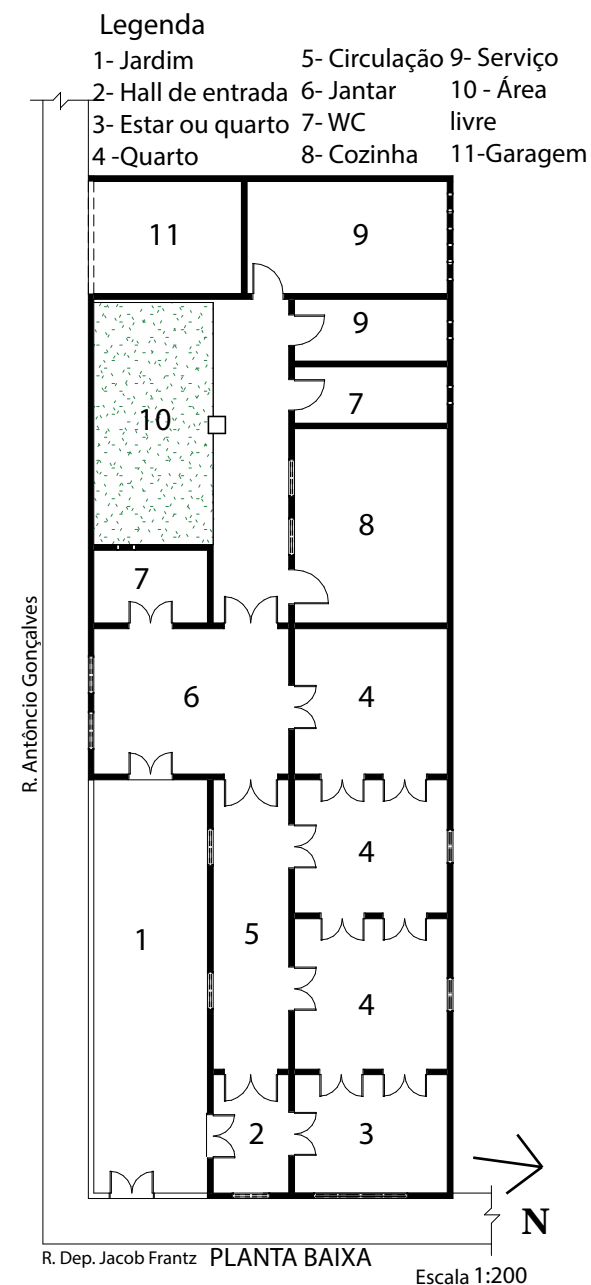


Figura 40 - Imóvel nº147, Fachada leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 42- Detalhes na fachada leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 41 - Imóvel nº147, Fachada sul



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Figura 43 - Detalhe de moldura das esquadrias



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

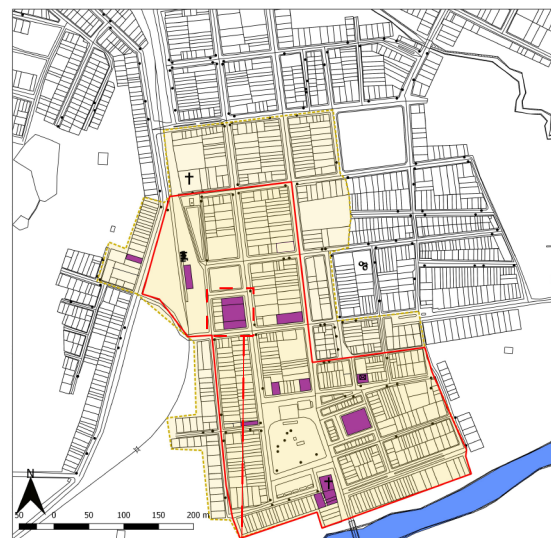
sendo uma para a sala de jantar e outra para um hall de entrada. O hall, está conectado com um ambiente que pode se considerar uma sala de estar. Os quartos são interligados entre si por aberturas com portas de madeira de duas folhas com bandeiras vazadas em desenhos geométricos. O corredor de circulação se comunica com os quartos e sala de jantar. Esses são os ambientes que compõem a zona social e íntima da residência. A cozinha, o quarto de serviço e depósito compõem a porção oeste da edificação.

7. Imóvel nº 183 à Rua Dep. Jacob Frantz

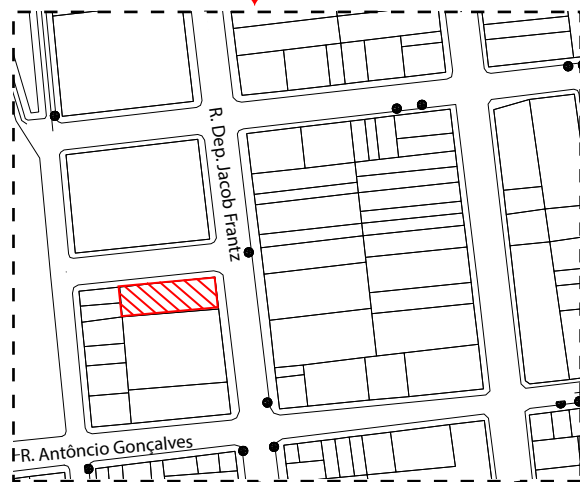
A residência possui uma peculiaridade em relação ao imóvel Nº 147: além de estar situado na extremidade oposta na mesma frente de quadra, constitui basicamente o mesmo projeto arquitetônico, porém rebatido. Isso quer dizer que a implantação e planta baixa dos imóveis são fundamentalmente iguais na sua maneira de construção. O imóvel em questão está separado do Nº 147 apenas por um lote, onde está localizado o Fórum Municipal, em estilo Decó (Figuras 44 e 45).

O comparativo das fachadas dos imóveis rebatidos dá a sensação de um jogo de sete erros onde pode-se descobrir as pequenas diferenças de detalhes nesses sugestivos exemplares de ecletismo do sertão paraibano. Este imóvel possui dois balcões balaustrados em sua fachada principal, enquanto aquele, apenas um. Acima das esquadrias há duas fileiras de frisos, sem arcos abatidos como arremates. A abertura tripartida bem como a esquadria ao lado são providas de balcões balaustrados e a primeira é encimada por arco, não com o anel *Nouveau* presente no imóvel Nº 147.

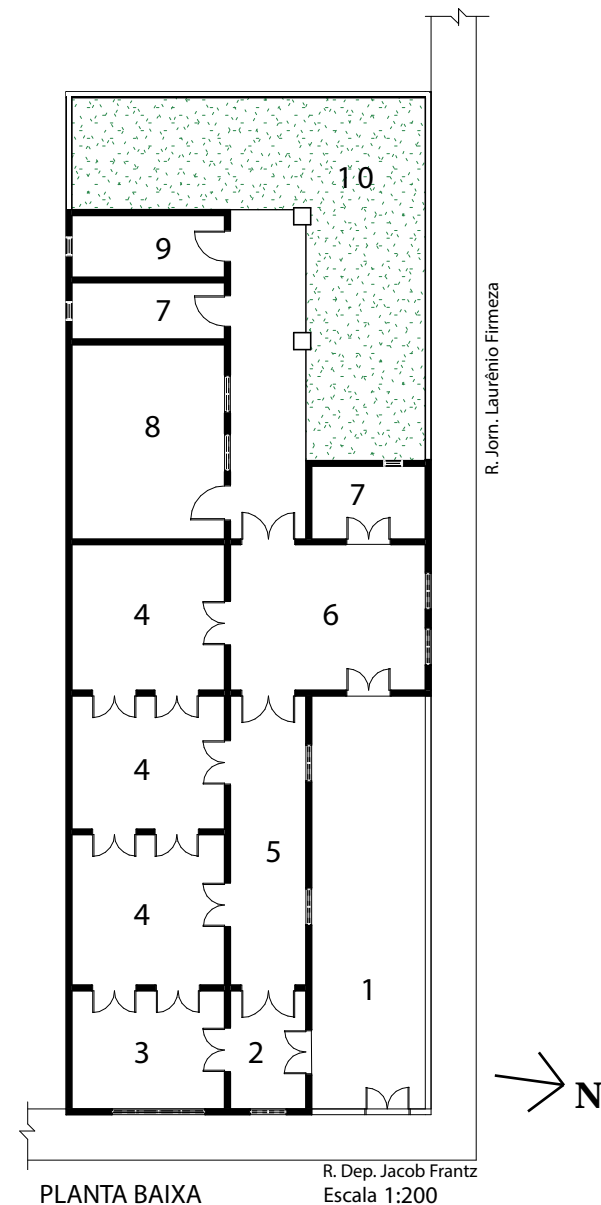
Além dos detalhes de fachada, o uso no fundo dos lotes divergiu um pouco, pois nesse caso não há o volume de garagem na fachada norte, permanecendo a área totalmente livre.



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO



PLANTA BAIXA

R. Dep. Jacob Frantz
Escala 1:200

Figura 44 - Imóvel nº 183, Fachada leste



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

Legenda

- 1- Jardim
- 2- Hall de entrada
- 3- Estar ou quarto
- 4 -Quarto
- 5- Circulação
- 6- Jantar
- 7- WC
- 8- Cozinha
- 9- Serviço
- 10 - Área livre

Figura 45- Imóvel nº183, Fachada norte



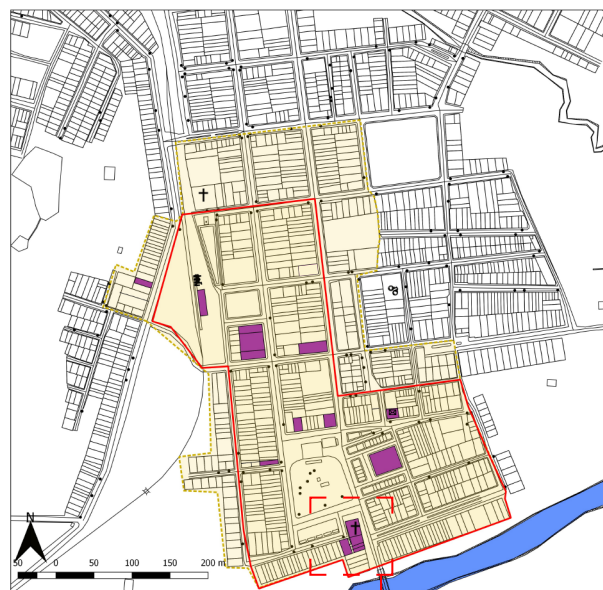
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018

8. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário à Praça da Matriz

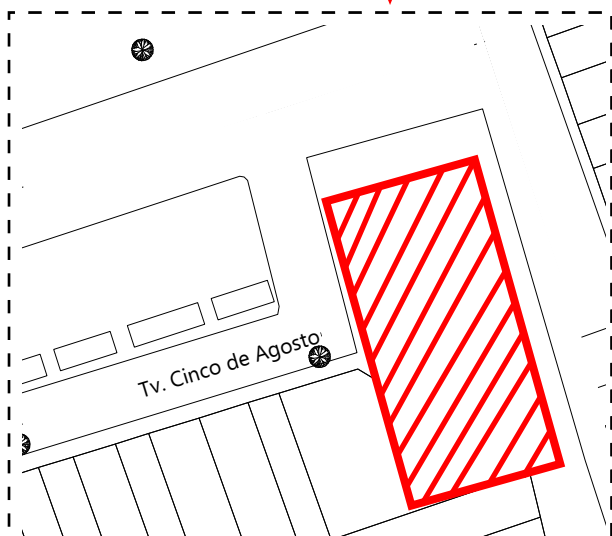
A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário está localizada na Praça da Matriz e foi finalizada no ano de 1863. A edificação possui adro e na sua fachada principal apresenta-se duas torres de sino coroadas por volume em formatos piramidais, separadas por frontão recortado com formas de volutas (Figuras 46 e 48). Na mesma fachada vemos a simetria das aberturas de portas, trabalhadas em madeira com grandes almofadas.

Na parte interna configura-se uma planta em três naves, divididas por arcos ogivais decoradas com cornija e embasamento, e na nave central encontra-se o coro alto em madeira (Figura 49). As naves laterais são guarnecidas de aberturas de janelas ritmadas e acima, uma série de óculos garantem mais iluminação para o interior do templo. A nave lateral esquerda recebe um espaço para uma capela do Santíssimo Sacramento. O forro é liso e em gesso, escondendo as tesouras em "X" (GALVÃO, 2015, p. 11) e o piso, em ladrilho hidráulico com motivos geométricos. (Figura 47)

A capela-mor é acessada por degraus e um grande arco cruzeiro ogival, e possui o altar-mor trabalhado com detalhes em ouro e colunas coríntias decoradas com motivos naturais.



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

Figura 46 - Igreja Matriz de N. S. do Rosário



Fonte: GALVÃO (2015, p. 24), 1924.

Figura 47 - Ladrilho Hidráulico do interior da igreja



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 48- Igreja Matriz de N. S. do Rosário



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 49 - Igreja Matriz de N. S. do Rosário - Interior



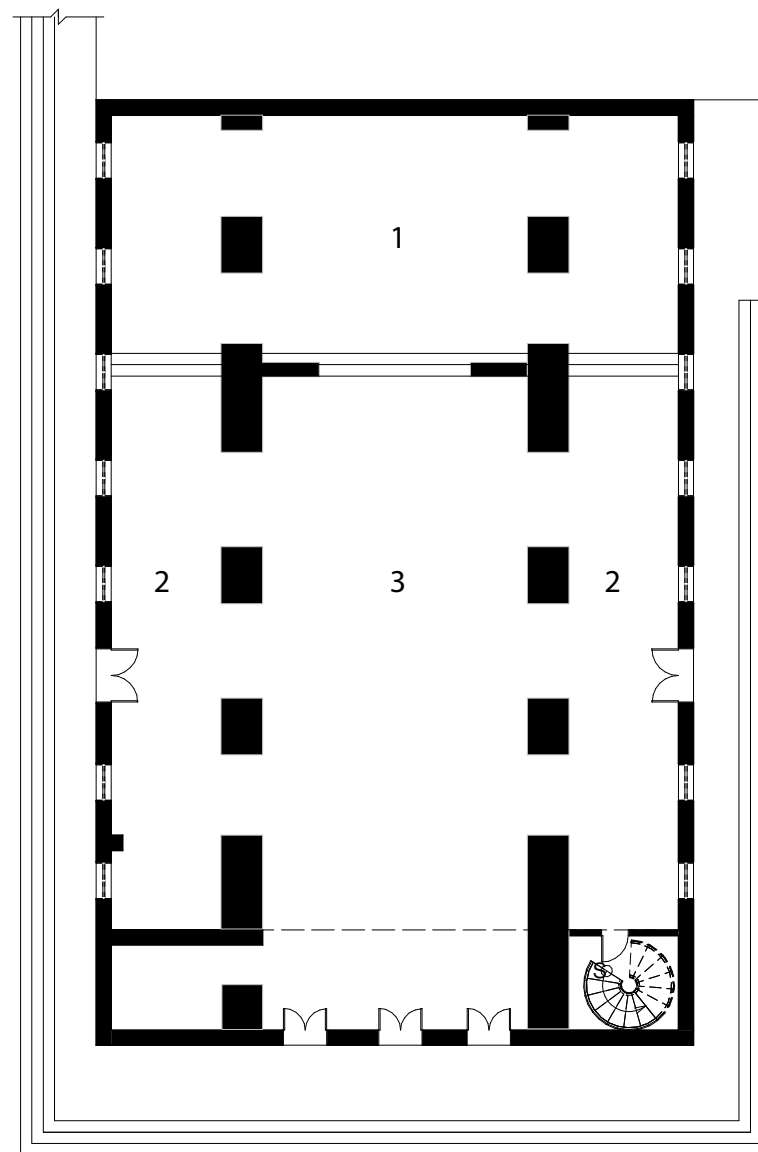
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Legenda
1 - Presbitério
2 - Nave Lateral
3 - Nave Central



PLANTA BAIXA

Tv. Cinco de Agosto
Escala 1:200



9. Mercado Público Municipal

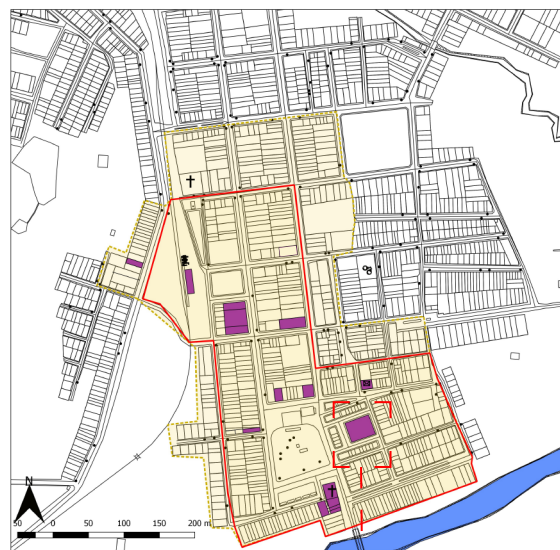
O Mercado Público Municipal é uma edificação que começou a ser construída em 1907 sendo concluída onze anos depois. "É o único da região que mantém sua estrutura arquitetônica original" (GALVÃO, 2015, p.64). Sua implantação ocupa toda a quadra sendo provida de um pátio interno aberto que possui uma passarela central com cobertura em duas águas (Figura 54). O mercado funciona até os dias atuais e está passando por obras de manutenção.

A planta baixa retangular dispõe os boxes de venda no perímetro do prédio. As fachadas possuem aberturas de acordo com a necessidade de entrada em cada loja, e essas aberturas em esquadrias de duas folhas de madeira possuem emolduramento em alto relevo em forma de arco ogival (Figura 50).

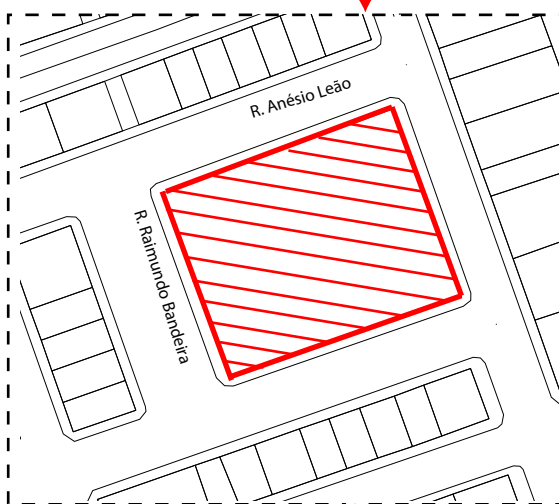
Figura 50 - Fachadas sul e oeste da edificação



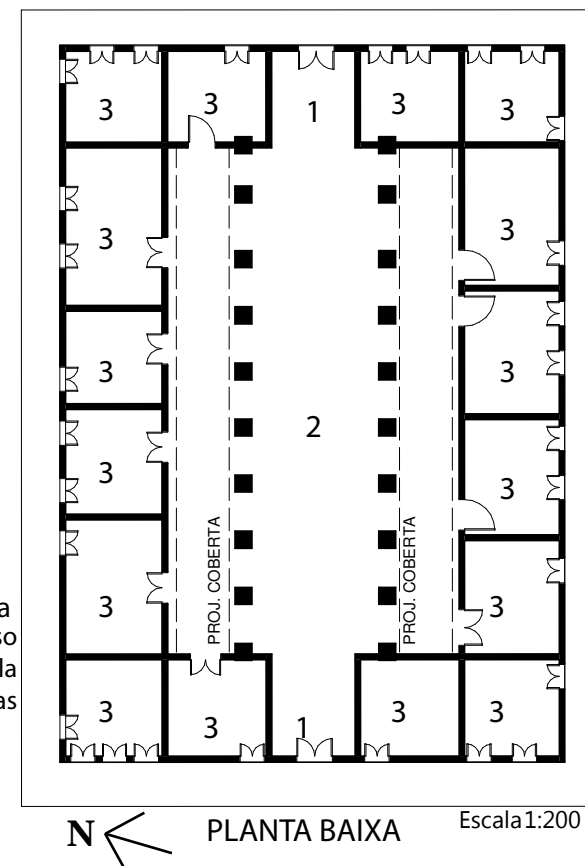
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, setembro/2018.



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO



Contemplando um ecletismo tímido, a edificação é arrematada por platibanda sobreposta à cornija interrompida nas duas fachadas de acesso, onde a marcação de entrada tem frontão semicircular (figuras 51, 52 e 53). A passarela interna que interliga essas duas entradas é dotada de pilares em concreto que sustentam tesouras em madeira alinhadas.

Figura 51 - Mercado Público Municipal



Fonte: GALVÃO (2015, p.64), 1983.

Figura 52 - Mercado Público Municipal recém pintado



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, novembro/2018.

Figura 53- Detalhe do frontão



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 54 - Área interna coberta e pátios laterais.



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

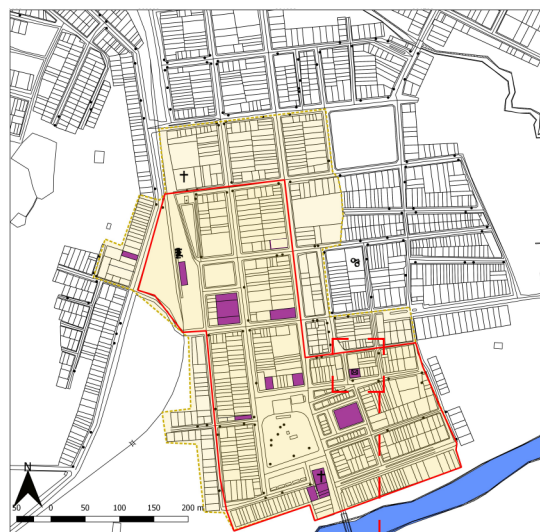
10. Correios e Telégrafos

O edifício do Correios e Telégrafos é um exemplo nítido da linguagem *Déco*, disseminada principalmente na década de 1930 (Figura 55). O imóvel nº 7 localizado na esquina das ruas Líbio Brasileiro e Tabelião Pedro Muniz de Brito, é isolado na quadra, não possuindo recuos frontais ou laterais. A fachada Sul é simétrica e marcada por detalhes de formas geométricas. O volume central, mais recuado, apresenta inscrições do nome da empresa em fonte típica do estilo (Figuras 56, 58 e 60). A platibanda é marcada inferiormente com um beiral trabalhado que acompanha todo o perímetro da edificação (Figura 59). Esse projeto não é único pois a empresa de comunicação definiu o uso de construções em série, padronizando diversas edificações no interior da Paraíba, Pernambuco, Rio grande do Norte e Ceará (Figura 57).

Figura 55 - Placa do ano de construção do imóvel



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

Figura 56 - Prédio dos Correios e Telégrafos



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 57 - Prédio dos Correios e Telégrafos de Princesa Isabel - PB



Fonte: PEREIRA (1999, p.104).

Figura 58 - Prédio dos Correios e Telégrafos



Fonte: GALVÃO (2015, p.74), fotografia de 1983.

Figura 60 - Prédio dos Correios e Telégrafos



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 59 - Prédio dos Correios e Telégrafos de São João do Rio do Peixe



Fonte: GALVÃO (2015, p.78), fotografia de 1983.

11. Antiga Estação Ferroviária

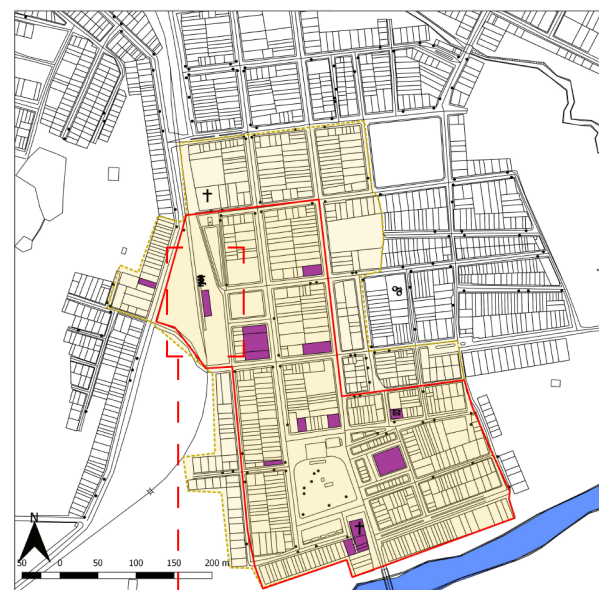
Caracterizada por linhas ecléticas, a fachada principal é marcada por um volume central, criando um pórtico de entrada com o brasão da empresa de transporte alojado no frontão juntamente com a data da conclusão da construção - 1925 (Figuras 61 e 62).

A cobertura é em telha cerâmica disposta em duas águas por volume construído. As aberturas de janelas e portas são em arcos plenos, tanto externa como internamente (Figuras 64 e 65). Como o prédio está em restauração, toda a cobertura foi refeita com tesouras de madeira novas e também novas telhas. Segundo o processo nº 0175/16 (fl.02) do IPHAEP, o novo uso da edificação provavelmente será o de biblioteca pública. Internamente, as paredes de tijolo maciço de barro estão sendo reformados com cimento nos locais que estavam deteriorados na área de acesso aos trilhos, há um alpendre que está sendo restaurado (figuras 63 e 66).

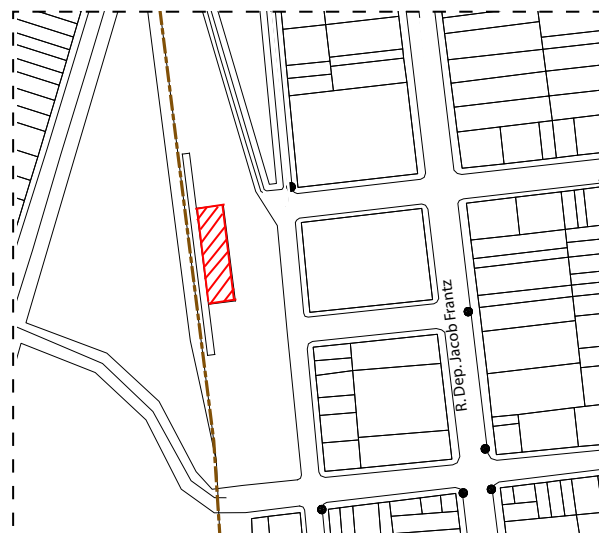
Figura 61 - Antiga Estação Ferroviária



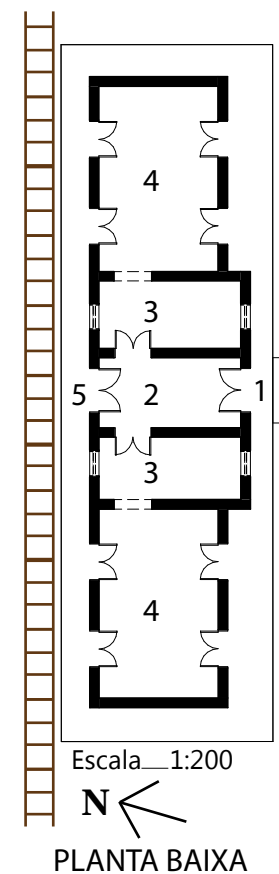
Fonte: Anna Dantas 2018



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO



- Legenda
- 1- Acesso
 - 2- Hall
 - 3- Administração
 - 4- Almoxarifado
 - 5- Área de embarque e desembarque

Figura 62 - Antiga Estação Ferroviária, fachada leste



Figura 63 - Antiga Estação Ferroviária, fachada oeste



Fonte: GALVÃO (2015, p. 48), 1960

Figura 64 - Linha férrea remanescente



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 65- Janela em madeira emoldurada por alto relevo



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 66 - Perspectiva mostrando a área de embarque/desembarque.

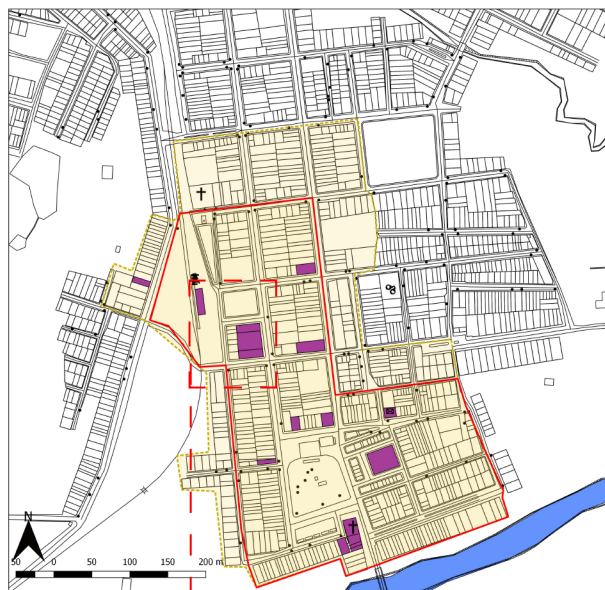


Figura 67- Reposição da coberta

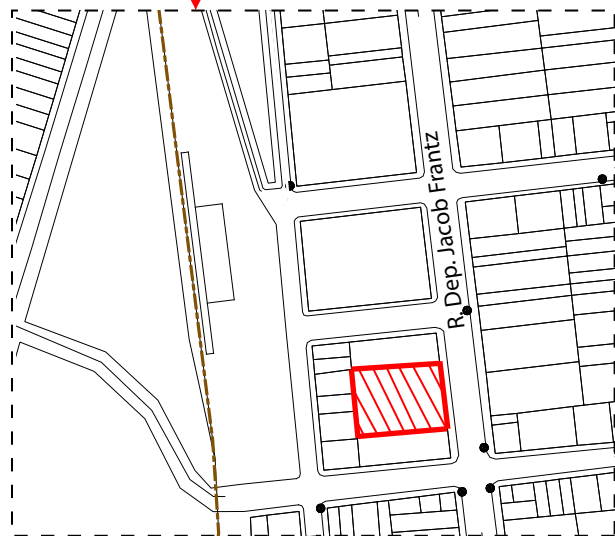


Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

12. Fórum municipal à Rua Dep. Jacob Frantz



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

Figura 68 - Placa do ano de construção do imóvel



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Datado de 1955 (Figura 68), o Fórum Municipal é uma edificação térrea implantada em lote de gaveta com recuos em todos os seus limites. Sua forma arquitetônica possui a fachada leste disposta em semicírculo conforme as diretrizes da corrente *Streamline* do *Art Déco*. A mesma fachada é delimitada por muro com balaústres separando o lote do passeio público (Figura 69). O acesso principal é marcado por uma marquise sustentada por colunas alinhadas simetricamente. A platibanda é coroada por dentilhos em formatos retangulares. As aberturas também estão dispostas de maneira simétrica: uma porta e duas janelas de cada lado do semicírculo.

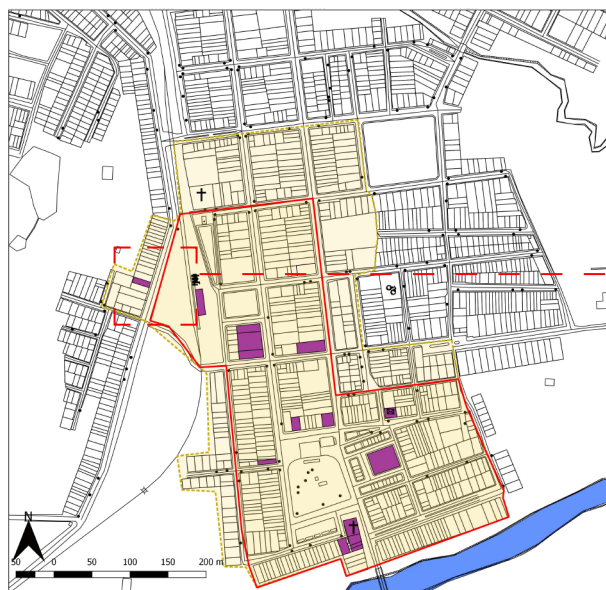
Figura 69 - Fórum Municipal



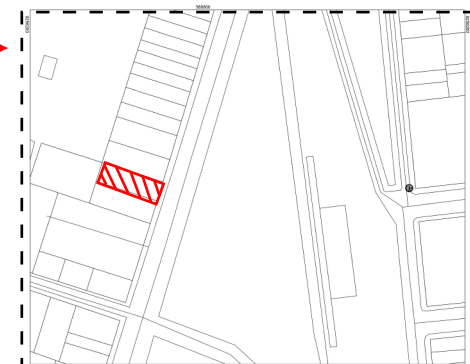
Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

13. Fábrica de Beneficiamento de Algodão

A importância dessa edificação é marcada por seu uso, pois é um exemplar de tipologia fabril da década de 1930. No antigo edifício da Fábrica de Beneficiamento de algodão fundada pelo engenheiro Adriano Brocos, atualmente funciona a sede da ML Construtora, mas suas características formais de fachada não foram alteradas (Figura 70). Como pode-se observar na imagem datada de 1995 (Figura 71), a fachada leste possui simetria e marcos geométricos, típicos da linguagem *Déco*. Peças verticais escalonadas flanqueiam a fachada e marcam o pórtico de entrada do edifício.



PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.

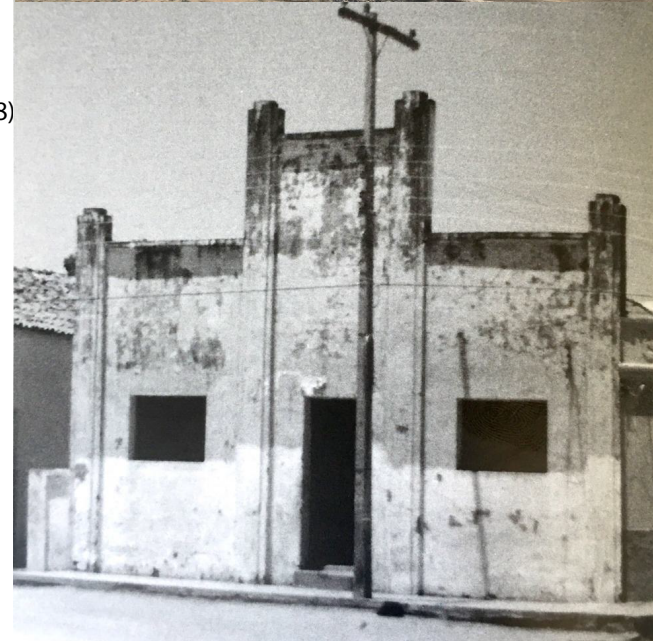


RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

Figura 70 - Fachada leste do imóvel
Fonte: Acervo Rebeca Fragoso, 2019

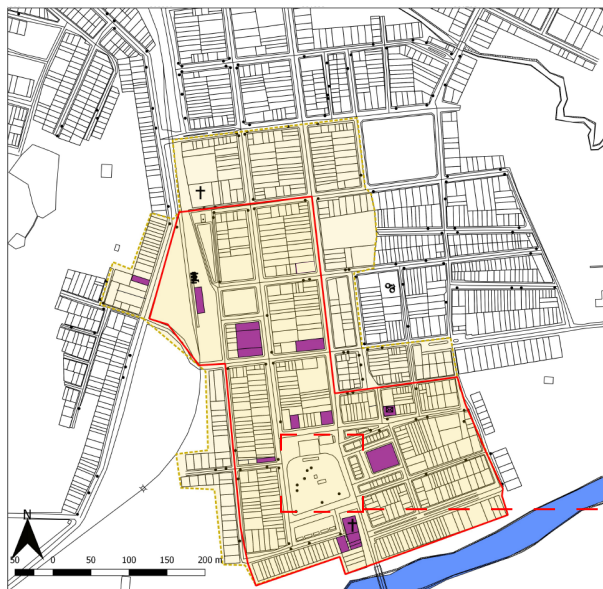


Figura 71 - Antiga Fábrica
Fonte: GALVÃO (2015, p.58)



14. Coluna da hora

A coluna da hora representa um marco dos avanços tecnológicos preconizados pelo *Art Déco*. Localizado no centro da Praça da Matriz, o monumento construído em 1948 (Figura 72) está em ótimo estado de conservação, com seu maquinário funcionando regularmente. A sua forma plástica é regida pela geometria e pelo escalonamento com sulcos retangulares na alvenaria preenchidos com vidraçaria colorida. No seu coroamento, uma pirâmide escalonada sugerindo os zigurates mesopotâmicos reforça a essência *Déco* de seu partido (Figuras 73 e 74).

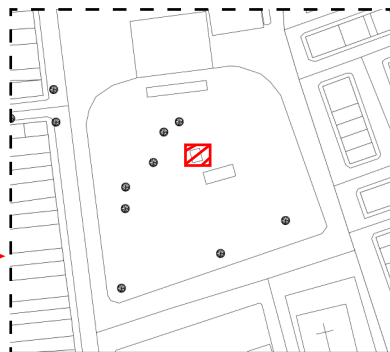


PLANTA DO C.H. DE S.J.R.P.

Figura 72 - Coluna da Hora



Fonte: GALVÃO (2015, p. 37), 1962.



RECORTE DA LOCALIZAÇÃO

Figura 73 - Coluna da Hora



Fonte: Acervo Anna Luísa Dantas, 2018.

Figura 74 - Coluna da Hora



Fonte: Acervo Anna Luisa Dantas, 2018.

A partir da abordagem e do estudo dos exemplares de peso do Centro Histórico de S.J.R.P, foi feito um quadro síntese com os dados gerais mais relevantes para efeito de processamento (Figura 75).

Considerando os sete imóveis residenciais, algumas observações pode ser feitas tanto com relação à implantação dos mesmos no lote, quanto à sua configuração espacial.

Os imóveis localizados em volta da Praça Matriz, que é o setor inicial da ocupação em São João, apresentam características típicas do período colonial. São casas geminadas, sem recuos, além de conservarem a homogeneidade das cobertas formando uma paisagem indenitária. As fachadas sofreram alterações com a inserção de platibandas por questões de salubridade, juntamente com o emprego de detalhes em relevo para se adequarem à linguagem eclética. Entretanto, suas plantas mantêm a configuração própria da transição da colônia para o Império. Os exemplares de linguagens do século passado, localizados mais afastados da igreja, como o Fórum e as casas ecléticas com detalhes *Nouveau*, apresentam recuos diversificados, próprios de arquiteturas mais modernizantes, quando a variável do conforto térmico e lumínico já entravam em cena.

Enfim, considerando os edifícios emblemáticos de São João do Rio do Peixe e as linguagens arquitetônicas neles adotadas, todos os imóveis residenciais contemplam o ecletismo, que era a verdadeira expressão arquitetônica do discurso de modernização das cidades na 1ª metade do século passado. Já os institucionais e os de serviço atendem tanto às prerrogativas formais do ecletismo como da linguagem da tecnologia – o *Art Déco*.

Figura 75: Tabela de informações sobre imóveis relevantes

O CENTO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE						
Quant.	Identificação Exemplar estudado	Uso	Linguagem	Estado de preservação		
				Bom	Reg.	Ruim
1	Imóvel Nº 178	Residencial/ Comercial	Eclética	X		
2	Imóvel Nº 167	Residencial	Eclética	X		
3	Imóvel Nº 19	Residencial	Eclética	X		
4	Imóvel Nº 5	Residencial	Eclética	X		
5	Imóvel Esquina Tab. José Cândido	Residencial	Eclética		X	
6	Imóvel Nº 147	Residencial	Eclética/ <i>Art Nouveau</i>	X		
7	Imóvel Nº 183	Residencial	Eclética/ <i>Art Nouveau</i>	X		
8	Igreja Matriz	Institucional	Eclética	X		
9	Mercado Público	Serviço	Eclética	X		
10	Correios	Serviço	<i>Art Déco</i>	X		
11	Estação Ferroviária	Serviço	Eclética	X		
12	Fórum Municipal	Institucional	<i>Art Déco</i>	X		
13	Antiga Fábrica de Algodão	Serviço	<i>Art Déco</i>		X	
14	Coluna da Hora	Monumento	<i>Art Déco</i>	X		

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo sobre o “estado da arte” do Centro Histórico de São João do Rio do Peixe, basicamente três considerações podem ser feitas. A primeira delas é a propriedade de uma ação preservacionista, no caso, a delimitação e proteção do Centro Histórico da cidade. O ato estadual atingiu seu objetivo na medida em que as construções emblemáticas inscritas na poligonal definida pelo IPHAEP estão bem preservadas. Seus proprietários, cientes da importância de seus imóveis para a preservação da memória local, procuram conservar seu patrimônio com respeito e zelo.

A pertinência da colocação supracitada pode ser confirmada nos registros de arquitetura feitos por Targino (2003) no seu inventário sobre o “Patrimônio Histórico da Paraíba”, especificamente no capítulo dedicado a São João do Rio do Peixe. Os imóveis de valor arquitetônico registrados pelo autor através de imagens permanecem no Centro Histórico tombado, e em bom estado de conservação. Em outras palavras, o ato de tombamento tem cumprido com seu papel preservacionista.

Outra observação digna de nota consiste na valiosa contribuição da estrada de ferro para o desenvolvimento da cidade, propiciando a consolidação, no sertão paraibano, de linguagens arquitetônicas originárias da Europa e difundidas nos grandes centros urbanos brasileiros. Nesse contexto, não se pode esquecer a presença contundente da indústria em solo são-joanense à época através de Usina de Beneficiamento de Algodão Anderson Clayton (1930), a Fábrica de Beneficiamento de Algodão e Sabão (1933), a empresa algodoeira de São João Bernardo e CIA, (1948), e a Fábrica de Beneficiamento de Algodão São Luiz, fundada nos anos de 1930.

Como, à exceção da última, que ainda apresenta suas marcas através de ruínas, as demais desapareceram da cidade, essa evidência desperta para a possibilidade de futura incursão sobre a localização das mesmas e sua participação no crescimento do município de São João do Rio do Peixe. Os demais imóveis na poligonal definida pelo IPHAEP podem igualmente ser objetos de estudo posterior, revelando em que termos foram parcialmente ou totalmente alterados, tanto ao nível de configuração espacial, como de forma arquitetônica, critérios contemplados no presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *São João na colônia e no império: fazenda, povoado e vila (1961 – 1889)*. Teresina – PI: Gráfica e Editora Halley S.A., 2015.

_____. Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888 / Dissertação de Mestrado, UFCG, 2011.

ARAGÃO, Solange de. XIX. Ensaio sobre a casa brasileira do século 2. ed. São Paulo: Blucher Open Access, 2017. v. 1. 300p.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo; Melhoramentos, 1976.

CARTAXO, Rosilda. Estrada das boiadas – *Roteiro para São João do Rio do Peixe*. João Pessoa: Nopigral, 1975.

CORREIA, Telma Barros. Art déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940. Anais do Museu Paulista. v. 16. n.2. jul.-dez. 2008.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. Revista CPC, São Paulo, n. 7, pp. 43-73, nov. 2008/abr. 2009 p.43-73.

FABRIS, Annateresa (1993). Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 1(1), 131-143. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100011> acesso em 01/04/2019.

FARIAS, Fernanda de Castro. Cidade em expansão, arquitetura e transformação: o Art Déco na João Pessoa de 1932-1955, tese de Doutorado, Ufpb, 2011.

GALVÃO, Rogério. *São João do Rio do Peixe: Retratos de uma história*. São João do Rio do Peixe –PB: Gráfica Santa Marta, 2015.

LEMONS, Calos A. C., *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. Ecletismo em São Paulo. In: Fabris, Annateresa et al, *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1987.

MELLO, José Otávio de Arruda (coord). *Capítulos de História da Paraíba*. Campina Grande, Grafset, 1987.

_____. e RODRIGUES, Gonzaga. (org.). *Paraíba: conquista, patrimônio e povo*. João Pessoa: Edições GRAFSET, 1993, 21-38

MOURA FILHA, Maria Berthilde; RODRIGUES, Artur M. V. A elite e seus palecetes: ecletismo e modernidade em João Pessoa no início do século XX. In: Anais do 3º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 2013

PEREIRA, Margareth da Silva. *Os Correios e telégrafos no Brasil: um patrimônio histórico arquitetônico*. São Paulo: MSP/ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

TARGINO, Itapuan Botto. *Patrimônio Histórico da Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 2003.

Processo IPHAEP Nº 0183/2000 – Disponível no órgão.